

BALANÇO E CONTAS

em

31 Dezembro 2007



Handwritten signatures in red, blue, and green ink, located in the bottom right corner of the page.



DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

(em euro)

CÓDIGO DAS CONTAS	CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS				CÓDIGO DAS CONTAS	PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS			
		2007		2006				2007		2006	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas:					72	Prestações de serviços	282.044.887	282.044.887	262.184.559	262.184.559
	Mercadorias	26.069		597.457			Variação da produção				
	Matérias	15.974.014	16.000.083	15.192.365	15.789.822						
62	Fornecimentos e serviços externos:		140.506.544		123.145.257	75	Trabalhos para a própria empresa				
641+642	Custos com o pessoal:					73	Proveitos suplementares	10.313.763		11.250.608	
	Remunerações	106.648.402		106.562.882		74	Subsídios à exploração	29.035.465		27.119.235	
64811	Encargos sociais:					76	Outros proveitos e ganhos operacionais	2.037.711		789.776	
645/8-64811	Indemnizações mútuas acordo	1.025.270		7.808.950		77	Reversões de amortizações e ajustamentos (B)	1.571.628	42.958.567	695.945	39.855.564
	Outros	26.002.869	133.676.541	26.013.158	140.384.990				325.003.454		302.040.123
662+663	Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	75.065.414		75.828.625		782	Ganhos em empresas do grupo e associadas	53.198		130.168	
666+667	Ajustamentos	5.626.381		5.695.099		784	Rendimentos de participações de capital	128.024		0	
67	Provisões	2.308.628	83.000.423	330.000	81.853.724	7815/6	Rendimentos de títulos negociáveis e de outras aplicações financeiras: Relativos a empresas do grupo Outros	66.042		52.091	
63	Impostos	124.302		126.319		7811+7814 +7818+785/8	Outros juros e proveitos similares: Relativos a empresas do grupo Outros (D)	109.486 29.560.491	29.917.241	600.344 3.988.654	4.771.257
65	Outros custos e perdas operacionais (A)	57.650.066	57.774.368	55.327.200	55.453.519				354.920.895		306.811.380
682	Perdas em empresas do grupo e associadas		430.957.959		416.627.312	79	Proveitos e ganhos extraordinários (F)				23.793.175
683+684	Amortizações e ajustamentos de aplicações e investimentos financeiros	5.626.481		1.103.242							
681+685/8	Juros e custos similares: Relativos a empresas do grupo Outros (C)	122.094.564	127.721.045	88.034.951	89.138.193						
			561.511.699		519.047.218						
69	Custos e perdas extraordinários (E)		6.592.548		4.159.992						
			568.104.247		523.207.210						
86	Imposto sobre o rendimento do exercício (G)		311.521		294.907						
			568.415.768		523.502.117						
88	Resultado líquido do exercício		-183.888.783		-192.897.562						
			384.526.985		330.604.555				384.526.985		330.604.555
Resumo:											
Resultados operacionais:								(B) - (A) =	-105.954.505		-114.587.189
Resultados financeiros:								(D - B) - (C - A) =	-100.636.499		-97.648.649
Resultados correntes:								(D) - (C) =	-206.591.004		-212.235.838
Resultados antes de impostos:								(F) - (E) =	-183.577.262		-192.602.655
Resultado líquido do exercício:								(F) - (G) =	-183.888.783		-192.897.562

O TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS

Trindade Gonçalves Lopes Belo
Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA

PRESIDENTE

Francisco José Cardoso dos Reis
Francisco José Cardoso dos Reis

VOGAL

José Salomão Coelho Benoliel
José Salomão Coelho Benoliel

VOGAL

Paulo José da Silva Magina
Paulo José da Silva Magina

VOGAL

Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira
Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira

VOGAL

Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga
Ricardo Manuel da Silva Monteiro Bexiga

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES

UNID: Euros

	EXERCÍCIO	
	2007	2006
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	320.953.108	300.168.383
CUSTO DE VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	-350.777.372	-326.648.788
<u>RESULTADOS BRUTOS</u>	-29.824.264	-26.480.405
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	33.656.636	25.664.916
CUSTOS DE DISTRIBUIÇÃO	-25.838.618	-26.714.444
CUSTOS ADMINISTRATIVOS	-49.096.044	-58.927.841
OUTROS CUSTOS E PERDAS OPERACIONAIS	-11.838.473	-8.496.232
<u>RESULTADOS OPERACIONAIS</u>	-82.940.763	-94.954.006
CUSTO LÍQUIDO DE FINANCIAMENTO	-92.416.954	-83.994.206
GANHOS (PERDAS) EM FILIAIS E ASSOCIADAS	-8.347.569	-13.654.443
GANHOS (PERDAS) EM OUTROS INVESTIMENTOS	128.024	0
	0	
<u>RESULTADOS CORRENTES</u>	-183.577.262	-192.602.655
IMPOSTOS SOBRE OS RESULTADOS CORRENTES	-311.521	-294.907
<u>RESULTADOS CORRENTES APÓS IMPOSTOS</u>	-183.888.783	-192.897.562
<u>RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS</u>	0	0
IMPOSTOS SOBRE RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS		
<u>RESULTADOS LÍQUIDOS</u>	-183.888.783	-192.897.562
RESULTADOS POR ACÇÃO	-	-

Handwritten signatures in green, red, and blue ink, located at the bottom right of the page.

Demonstração dos Fluxos de Caixa - Método Directo

	2006	2007
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		
Recebimentos de clientes	267 034 419	284 603 711
Pagamento a fornecedores	170 118 560	217 990 252
Pagamento ao pessoal	138 743 216	134 165 415
Fluxo gerado pelas operações	- 41 827 357	- 67 551 956
Pag./rec. Imposto sobre o rendimento	118 067	462 301
Outros rec./pag. Relativos act. Operacional	38 794 046	20 385 505
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias	- 3 151 378	- 47 628 752
Recebimentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	2 104 084	4 455 523
Pagamentos relacionados c/ rubricas extraordinárias	3 418 545	4 240 537
Fluxo das actividades operacionais (1)	- 4 465 839	- 47 413 766
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Investimentos financeiros	4 655 884	375 000
Imobilizações corpóreas	17 954 429	10 720 490
Imobilizações incorpóreas	0	0
Subsídios de investimento	34 480 235	12 175 378
Juros e proveitos similares	6 610 711	29 017 031
Dividendos	132 374	128 024
Pagamentos respeitantes a:		
Investimentos financeiros	23 364 111	12 724 105
Imobilizações corpóreas	42 211 869	25 056 402
Imobilizações incorpóreas	138 361	587 923
Fluxo das actividades de investimento (2)	- 1 880 708	14 047 492
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de:		
Empréstimos obtidos	234 000 000	417 200 000
Aumentos de capital, prest. Supl. e prémios emissão	0	0
Subsídios e doações	0	0
Venda de acções (quotas) próprias	0	0
Cobertura de prejuízos	0	0
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos obtidos	132 922 038	269 879 790
Amortizações de contratos de locação financeira		
Juros e custos similares	86 500 544	111 146 591
Dividendos		
Reduções de capital e prestações suplementares		
Aquisição de acções (quotas) próprias		
Fluxo das actividades de financiamento (3)	14 577 418	36 173 619
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)	8 230 871	2 807 346
Efeito das diferenças de câmbio	- 938	- 83 487
Variação de fluxos de caixa ao longo do período	8 229 933	2 723 859
Caixa e seus equivalentes no início do período	- 1 257 365	6 972 568
Caixa e seus equivalentes no fim do período	6 972 568	9 696 427

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a large red signature at the top right and several blue signatures below it.

ANEXO À DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

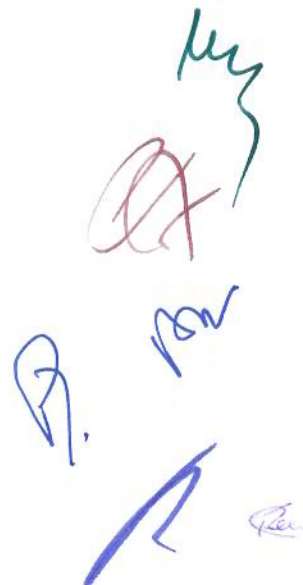
As notas cuja numeração se encontre ausente deste anexo não são aplicáveis.

2. Discriminação dos componentes de caixa e seus equivalentes:

(em euros)

Descrição	31-12-2007	31-12-2006
Numerário	284 837	380 622
Depósitos bancários imediatamente mobilizáveis	9 420 189	6 592 062
<i>Equivalentes a caixa:</i>		
Caixa e seus equivalentes (1)	- 8 599	- 116
Outras disponibilidades		
Disponibilidades constantes do balanço	9 696 427	6 972 568

(1) Nos Equivalentes a caixa, e, especificamente na rubrica Caixa e seus equivalentes estão considerados os descobertos bancários e as aplicações de tesouraria tal como definido na directriz contabilística nº14.



Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a large blue signature, a red signature, and several smaller initials.

ANEXO AO BALANÇO E ÀS DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

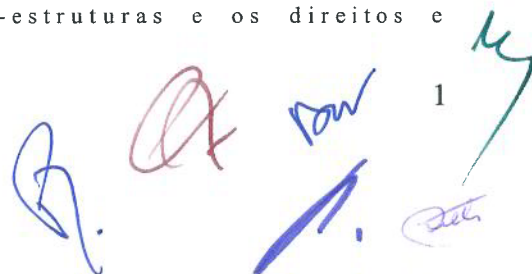
0 – Informações Gerais

- a) Nome da Empresa: CP - Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.
- b) Forma legal: Empresa pública
- c) Local e data de constituição: Lisboa, 25 de Março de 1977 (Decreto-Lei n.º 109/1997 publicado no D.R.I SÉRIE, nº71 de 25 de Março)
- d) Sede: Calçada do Duque, nº20 – 1249-109 Lisboa
- e) Objecto social principal e natureza das operações: Exploração do transporte de passageiros e de mercadorias nas linhas férreas, troços de linha e ramais que integram a rede ferroviária nacional.
- f) Partes relacionadas: a CP é a empresa-mãe de um grupo de empresas e estas são as suas Demonstrações Financeiras individuais, encontrando-se os saldos e transacções com as empresas do grupo apresentados na nota 48.9

Nota 01 – Separação de sectores

A Lei n.º 10/90, de 17 de Março, designada por Lei de Bases do Sistema de Transportes Terrestres, veio preconizar o princípio da separação entre a responsabilidade pela construção, renovação e conservação da infra-estrutura atribuída ao Estado ou “a entidade actuando por sua concessão ou delegação” e a exploração do transporte ferroviário.

A reorganização do sector ferroviário em Portugal teve o seu início em 1997 com a desintegração vertical da empresa única existente, nas actividades de gestão da infra-estrutura ferroviária e de operação do transporte ferroviário. Este processo operou-se no âmbito do Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril, do qual resultou a cisão da CP, E.P. e a subsequente criação da REFER, E.P., cujo objecto principal consiste no serviço público de gestão da infra-estrutura integrante da rede ferroviária nacional. Simultaneamente foram transferidos para o domínio daquela empresa, sem alteração de regime, as infra-estruturas e os direitos e


1

obrigações que integravam o património da CP, afectos às infra-estruturas do domínio público ferroviário.

Em 1998, através do Decreto-Lei n.º 299-B/98 de 29 de Setembro foi constituída a entidade reguladora do sector, o Instituto Nacional do Transporte Ferroviário (INTF), o qual teve por incumbência, nomeadamente, dispor sobre a qualidade de serviço e os aspectos económicos relacionados com os preços e tarifas a praticar pela utilização da infra-estrutura ferroviária. Em 2007, estas atribuições passaram a ser executadas pelo Instituto da Mobilidade e dos Transportes Terrestres. I.P. (IMTT), em resultado da fusão do INTF, da DGTTF e da DGV, operada no quadro do Decreto-Lei n.º 200/2006 de 25 de Outubro (extinção, fusão e reestruturação de serviços da administração Pública) e da Lei n.º 53/2006 de 7 de Outubro (mobilidade entre serviços e funcionários).

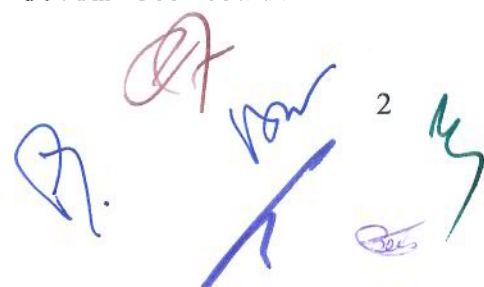
Criaram-se assim as condições necessárias para o acesso à infra-estrutura ferroviária de outros operadores além do operador histórico.

O primeiro avanço no sentido da liberalização foi dado pelo Decreto-lei n.º 60/2000 de 19 de Abril, relativo ao transporte internacional efectuado sob certas condições.

As Directivas do Conselho números 2001/12/CE, 2001/13/CE e 2001/14/CE de 26 de Fevereiro, designadas tipicamente por pacote ferroviário I foram transpostas para o normativo legal Português através do Decreto-Lei n.º 270/2003 de 28 de Outubro. Estas pautam-se pela introdução de mecanismos de mercado, no tradicionalmente fechado sector do transporte ferroviário, sobre as condições de prestação dos serviços de transporte ferroviário por caminho de ferro e de gestão da infra-estrutura, acentuando as obrigações do gestor da infra-estrutura como entidade nuclear do desenvolvimento do sector ferroviário e a promoção da liberalização progressiva, criando-se condições potenciadoras do aparecimento de novos operadores.

A relação entre o operador ferroviário CP e o gestor da infra-estrutura REFER encontra-se vertida no Decreto-Lei n.º 104/97 de 29 de Abril.

O artigo 6º do citado diploma, prevê que as empresas deverão acordar o modo de articulação, nas acções e decisões que devam ser tomadas em



Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a large blue signature, a red signature, and a green signature, along with a small number '2' and a small blue stamp.

relação à gestão, exploração e desenvolvimento das infra-estruturas e à sua coordenação com o serviço público de transporte ferroviário.

Nos termos do artigo 7º serão devidas à REFER taxas de utilização pela utilização da infra-estrutura ferroviária por parte de empresas e agrupamentos de transporte ferroviário. Ainda segundo aquele articulado e com vista a defender o princípio da livre concorrência, as taxas de utilização devem ser estabelecidas de forma a evitar discriminação entre empresas de transporte ferroviário que operem na infra-estrutura. Estas taxas deverão ter em conta, nomeadamente, a quilometragem, a composição do material circulante, a velocidade, a carga por eixo e o período em que a infra-estrutura é utilizada.

A taxa de utilização da infra-estrutura suportada pela CP nos últimos seis exercícios evoluiu como segue (em euros):

2002	2003	2004	2005	2006	2007
61.878.309	63.111.003	55.754.918	54.934.206	51.320.961	54.712.769

O encargo verificado em 2007 resulta da aplicação das tarifas de utilização dos serviços essenciais por comboio/quilómetro (CK), previstas no Directório da Rede para 2007 e da racionalização da oferta por parte da CP, nomeadamente no que respeita a comboios de longo curso e regionais no segmento de passageiros.

O Directório da Rede 2007, concebido pela REFER em consonância com a legislação nacional em vigor que enquadra a actividade do transporte ferroviário, vigorou no período de 10 de Dezembro de 2006 a 9 de Dezembro de 2007 (validade do Horário 2007). Para o período de 10 de Dezembro 2007 a 31 de Dezembro 2007, em que passou a vigorar o Directório da Rede 2008, foi aplicado à prestação dos serviços essenciais os preços que constam no Directório da Rede 2008.

Para além da utilização dos serviços essenciais da infra-estrutura ferroviária, o Decreto-Lei n.º270/2003 de 28 de Outubro, prevê que a tipologia de serviços prestados a empresas de transporte ferroviário

3

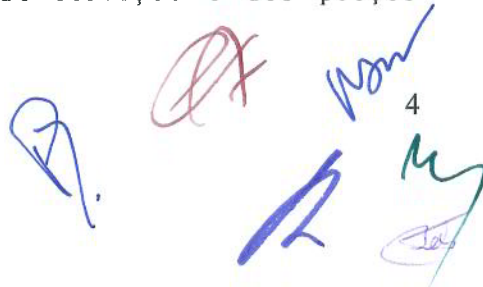


compreende, tudo aquilo que é necessário ao efectivo exercício do direito de acesso à infra-estrutura, ou sejam os serviços adicionais e os serviços auxiliares.

De acordo com o Directório da Rede 2007, os serviços adicionais compreendem os serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o fornecimento de energia eléctrica para tracção, nos termos previstos na legislação aplicável, manobras, estacionamento de material circulante e utilização de estações e apeadeiros. No que diz respeito à utilização de linhas não afectas à circulação para operações ferroviárias verificou-se a descontinuidade deste conceito no Directório da Rede 2006, e a sua integração no serviço de estacionamento de material circulante. A REFER, ainda que preste estes serviços tem o direito de não os prestar a qualquer empresa de transporte ferroviário, se existirem alternativas visíveis e comparáveis no mercado.

Os serviços auxiliares compreendem os restantes serviços conexos com a actividade de prestação de serviços de transporte ferroviário, nomeadamente o acesso à rede de telecomunicações, o fornecimento de informações suplementares, em particular as de natureza comercial e a inspecção técnica do material circulante, realização de estudo de capacidade ou de viabilidade de cenários de oferta, limpeza de vagões e carruagens, abastecimentos de água, fornecimento de mão-de-obra para actividades operacionais dos operadores. De acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º270/2003, o gestor da infra-estrutura pode cobrar tarifas pela prestação dos serviços auxiliares, mas não é obrigado à sua prestação.

Ainda no que concerne aos serviços auxiliares, a respectiva tarifação deve ser fixada por acordo entre o gestor da infra-estrutura, REFER e o operador ferroviário, no caso a CP. Neste domínio, porém, não têm sido concretizados acordos ou protocolos que os suportem, mas a REFER tem assegurado a prestação de serviços e fornecimentos necessários às respectivas actividades, facturando-os unilateralmente. Este facto inviabiliza por vezes a aceitação dos níveis de serviços e dos preços



4

facturados. A facturação apresentada pela REFER e que se encontra nesta situação é a seguinte (em euros):

Tipo de Serviço	Exercícios		
	2005	2006	2007
Serviços Essenciais (excepto taxa de uso): "Capacidade pedida e não utilizada"	1 053	651 645	1 546 041
Serviços Auxiliares	1 424 754	1 289 951	687 922
Serviços Adicionais	4 225 774	5 052 398	4 649 442
Total	5 651 581	6 993 994	6 883 405

Cientes do impacto negativo que o avolumar da facturação pendente de aceitação acarreta nas vertentes administrativa e financeira, as duas empresas têm promovido reuniões entre os respectivos órgãos de decisão, com alguma periodicidade, na sequência das quais foram preparados protocolos preliminares, nomeadamente para os Serviços Adicionais de Manobras e Estacionamento de Material Circulante. Estes documentos encontram-se em análise na CP, no que respeita ao âmbito dos serviços propostos e condições de facturação.

Nota 02 – Regime de concessão

A CP, com a natureza jurídica de empresa pública e dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, foi criada pelo Decreto-Lei n.º109/77, de 25 de Março, que aprovou igualmente os respectivos Estatutos, pelos quais se rege.

A partir desta data, a CP passou a explorar o serviço público de transporte na rede ferroviária nacional, com base neste diploma legal e não com base em qualquer contrato de concessão.

Até à publicação do citado diploma, a CP explorou o transporte na rede ferroviária em regime de concessão única outorgada por contrato celebrado entre o Estado e a então Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, S.A., (C.P.), nos termos do Decreto-Lei n.º 38426 de 9 de Maio de 1951.



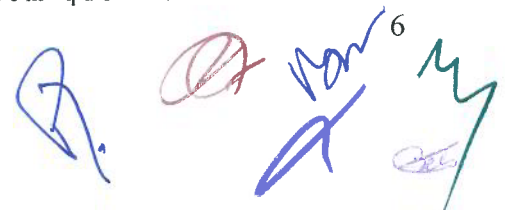
O citado contrato iniciou-se em 1 de Janeiro de 1951, por um período de 50 anos e foi revisto e substituído por um novo contrato de concessão nos termos das Bases Anexas ao Decreto-Lei n.º 104/73, de 13 de Março, entretanto revogado com a nacionalização da empresa através do Decreto-Lei n.º 205-B/75, de 16 de Abril.

As bases gerais, em que assentava esta nova concessão da empresa resultaram da revisão do sistema legal que regulava a exploração do transporte ferroviário e a coordenação deste com outros meios de transporte, por se ter reconhecido a sua inadequação às exigências de flexibilidade e racionalização da produção deste tipo de serviço, no contexto de uma gestão moderna. Tal revisão ocorreu no âmbito do previsto no artigo 19.º do Decreto-Lei n.º 80/73, de 2 de Março, que constituiu um instrumento importante na estruturação das novas normas reguladoras dos transportes ferroviários, viabilizando as bases jurídicas da conversão dos caminhos de ferro.

Neste último diploma reconheceu-se entre outros aspectos, que a circunstância de o transporte ferroviário constituir um serviço público explorado em regime de contrato de concessão, determinava a necessidade de equacionar as obrigações e condicionamentos impostos à empresa, em nome dos interesses públicos, com as exigências derivadas da sua qualidade de empresa cuja gestão deve obedecer aos princípios específicos dos agentes económicos privados e de, gradualmente as equiparar às que oneram as demais empresas transportadoras concorrentes.

Este princípio orientador permitiu definir o regime de assistência financeira a prestar pelo Estado à concessionária, dentro do contexto seguido na Europa, quer com vista à construção ou renovação de linhas, quer na cobertura dos resultados negativos de exploração, eminentemente através do regime das indemnizações compensatórias, donde resultava também maior clareza nas responsabilidades respeitantes à gestão da rede ferroviária.

Nesse contexto, foi proposto ao Governo um amplo programa de renovação, que contemplava entre outras medidas: (i) a contribuição do Estado no financiamento das infra-estruturas ferroviárias de interesse geral e de longa duração; (ii) o saneamento da situação financeira da empresa, descapitalizada ao longo dos anos da concessão, sem que lhe tivessem sido



Handwritten signatures and initials in blue, red, and green ink at the bottom right of the page. A small number '6' is visible near the top right of the signature area.

dadas condições para realizar com o ritmo desejável as modificações estruturais e a renovação do material circulante; (iii) a eliminação gradual das subvenções económicas de exploração com a substituição por indemnizações compensatórias.


O direito a indemnizações compensatórias está igualmente reconhecido à CP, E.P., através dos artigos 28.º e 29.º dos Estatutos, respectivamente Receitas e Fixação de preços e tarifas.

No âmbito do n.º 2 do artigo 29.º, o Estado compensará a CP sempre que, por razões de política económica e social, lhe imponha a prática de preços ou tarifas inferiores às que permitem a cobertura dos custos totais de exploração e assegurem níveis adequados de remuneração do capital investido e de autofinanciamento.

Para determinação do montante das compensações a empresa avaliará as despesas e as perdas de receita provenientes, nomeadamente:

- a) Da obrigação de fazer transportes em condições incompatíveis com uma gestão comercial equilibrada;
- b) Da prática forçada de preços de transporte inferiores aos propostos pela empresa, determinada pelo Governo por razões de política económica e social;
- c) Do adiamento, por motivos de política geral, da entrada em vigor de alterações tarifárias justificáveis à luz de uma exploração comercial equilibrada;
- d) Da não aplicação do tarifário normal, por determinação do Governo
- e) ...
- f) Dos atrasos no recebimento de dotações e compensações, obrigando a empresa a recorrer ao crédito;
- g)

Este direito a indemnizações compensatórias por parte da CP, decorre igualmente dos Regulamentos Comunitários CEE n.º 1191/69 do Conselho, de 26 de Junho, n.º 1107/70, do Conselho de 4 de Junho e n.º 1893/91, do Conselho, de 20 de Junho, que respeitam às obrigações de explorar, de transportar e tarifária.

Handwritten signatures and initials in red and blue ink, including a large blue signature, a red signature, and several smaller initials.

Tendo por base o regime legal citado, especialmente o previsto no artº29º dos seus Estatutos, em matéria de compensações financeiras, a CP, E.P. apresenta anualmente, integrado nos seus Instrumentos Previsionais de Gestão que submete às Tutelas Técnica e Financeira, pedido fundamentado de indemnizações compensatórias.

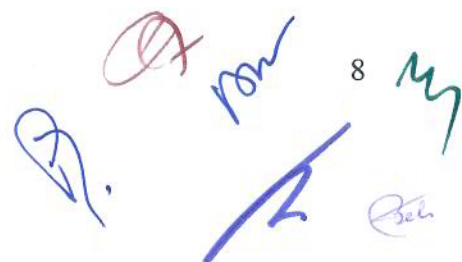
Até 2004, e não obstante este pedido, o montante que o Governo atribuiu anualmente por Resolução do Conselho de Ministros, e que no seu entender considerou adequado para indemnizar a CP, foi sempre um valor substancialmente inferior ao montante solicitado, o que inevitavelmente se reflecte no agravamento do déficite de exploração da empresa e no agravamento da sua posição financeira. Apenas em 2005, a CP viu o seu pedido ser totalmente satisfeito por Resolução do Conselho de Ministros (v.g. RCM n.º 174/2005, de 20 de Outubro de 2005).

Nota 03 – Contrato de serviço público

Do que antes se deixou dito, decorre que até ao presente, não foram celebrados quaisquer contratos de serviço público de transporte que regulem as relações entre o Estado e a empresa, compensando-a das obrigações de serviço público prestadas.

Na tentativa de levar o Estado a assumir claramente as suas responsabilidades, bem como à clarificação das responsabilidades de gestão da empresa, a CP, E.P., várias vezes apresentou ao Governo diferentes projectos de contrato de serviço público, os quais, porém, nunca mereceram resposta da parte do Estado.

A celebração deste tipo de contratos, nos quais se definem as obrigações de serviço público e as correspondentes compensações financeiras, são o instrumento adequado e necessário para clarificar as relações entre o Estado e a Empresa Pública, bem como as respectivas responsabilidades quer do Estado quer da CP, constituindo um procedimento previsto no Decreto-Lei nº558/99 de 17/12. Este é também o entendimento do Tribunal de Contas no último relatório de auditoria de gestão à CP, ao recomendar ao Estado, enquanto entidade tutelar da empresa, a contratação das obrigações de serviço público prestado e o correspondente modelo financeiro das indemnizações compensatórias, valorizando factores de



qualidade do serviço prestado, segurança e eficiência e eficácia da gestão dos recursos.

Nota 04 – Bases de preparação

Estas demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal nomeadamente os constantes no Plano Oficial de Contabilidade e nas Directrizes Contabilísticas. Assim, foram preparadas segundo os princípios dos custos históricos, da continuidade das operações, da prudência, da consistência, da substância sobre a forma, da materialidade e da especialização dos exercícios.

I – Informações Relativas à Imagem Verdadeira e Apropriada

1. Indicação e justificação das disposições do POC que foram derogadas

Nada a referir

2. Contas cujo conteúdo não é comparável

No exercício de 2007, a empresa não procedeu a alterações de práticas ou políticas contabilísticas.

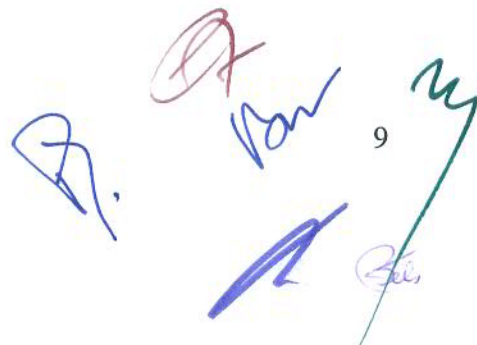
3. Critérios valorimétricos e métodos de cálculo

Os critérios valorimétricos utilizados relativamente às várias rubricas do Balanço e da Demonstração dos Resultados foram os estabelecidos no Capítulo 5 do Plano Oficial de Contabilidade.

3.1. Imobilizações

3.1.1. Imobilizações incorpóreas

As imobilizações incorpóreas que compreendem despesas de investigação e desenvolvimento, encontram-se registadas ao custo de aquisição. Os encargos com o desenvolvimento de projectos são capitalizados e reconhecidos em 3 anos sempre que forem satisfeitos os requisitos definidos pela Directriz Contabilística nº7/92 para reconhecimento e mensuração dos mesmos.



9

As amortizações e reintegrações são calculadas pelo método das quotas constantes às taxas máximas anuais permitidas para efeitos fiscais.

3.1.2. Imobilizações corpóreas

Estão valorizadas ao custo de aquisição, acrescido das reavaliações efectuadas e deduzido das amortizações acumuladas.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes anuais no que respeita aos bens que entraram em funcionamento até 31 de Dezembro de 1999 e pelo método de amortizações por duodécimos para os bens que entraram em funcionamento a partir de 1 de Janeiro de 2000.

No que respeita ao imobilizado de conta da CP, as amortizações são efectuadas com base no Decreto Regulamentar n.º 2/90 de 12 de Janeiro, pelo método de quotas constantes, excepto o material circulante que está a ser amortizado às taxas de amortização constantes da Ficha 374R da UIC - União Internacional dos Caminhos de Ferro.

Quanto ao imobilizado de conta do Estado (imobilizado constante do Despacho Conjunto n.º 261/99 de 24 de Março) discriminado na nota 48.1, a conta de Edifícios e Outras Construções está a ser amortizada desde 1999 à taxa de 2%, conforme o Decreto Regulamentar n.º 2/90, de 12 de Janeiro, em virtude de ainda não ter sido definido o período para o contrato de concessão do Estabelecimento CP.

As despesas de reparação e manutenção correntes do imobilizado são consideradas como custos do exercício em que ocorrem.

Os gastos com as grandes reparações periódicas do material circulante, mas que não aumentam a sua vida útil são considerados custos diferidos do exercício em que ocorrem e

10



reconhecidos como custos de exploração numa base plurianual, segundo os seguintes critérios:

R1's (intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento)	15 anos
R2's/3's (intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado)	5 ou 8 anos
REV's (intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida)	6 ou 8 anos

Na nota 48.4.1. apresentam-se os valores diferidos no exercício por tipo de reparação, a reconhecer como custo no exercício seguinte e em exercícios posteriores.

As reparações que aumentam a vida útil dos bens imobilizados são registadas no activo corpóreo em adição ao valor líquido existente à data que corresponde ao valor residual do material renovado.

3.1.3. Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros representados por partes de capital em empresas filiais e associadas são registados ao custo de aquisição e mensurado subsequentemente pelo método

11



da equivalência patrimonial por aplicação da Directriz Contabilística n.º 9/92.

Os valores utilizados para a aplicação do método correspondem aos das demonstrações financeiras disponíveis no exercício em análise.

Os restantes investimentos financeiros estão valorizados ao custo de aquisição, sendo ajustados para fazer face a perdas potenciais.

3.2. Existências

As existências de mercadorias e de matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao custo de aquisição, adoptando-se como método de custeio das saídas o custo médio ponderado. Quando necessário, é constituído um ajustamento para existências obsoletas, de lenta rotação e defeituosas, sendo apresentado como dedução ao activo.

3.3. Dívidas de e a terceiros em moeda estrangeira

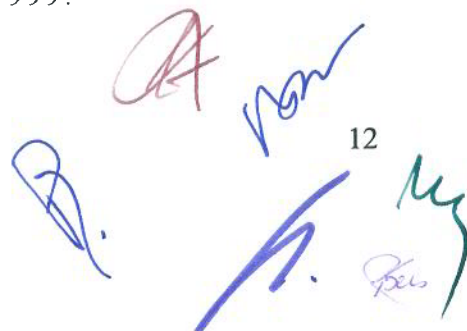
As operações em moeda estrangeira são registadas ao câmbio da data considerada para a operação. Os valores a cobrar e a pagar são actualizados para efeitos de Balanço com base no câmbio em vigor à data de 2007/12/31, sendo reconhecidas em resultados as perdas e ganhos das diferenças de câmbio resultantes da actualização referida.

Tratando-se de diferenças de câmbio favoráveis resultantes de dívidas a médio e longo prazo, são diferidas quando existem expectativas razoáveis de que o ganho é reversível.

3.4. Encargos com pré-reformas e encargos com pensões de acidentes de trabalho

Com base na avaliação actuarial das responsabilidades da empresa em 31 de Dezembro foram constituídas provisões para fazer face aos encargos com pré-reforma de trabalhadores no âmbito do Decreto-Lei n.º 261/91 de 25 Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999.

12



Os acréscimos ou diminuições das responsabilidades provenientes de alterações dos benefícios atribuídos são reconhecidos como perdas ou ganhos no exercício em que ocorrem.

A metodologia e os pressupostos financeiros e actuariais da avaliação das responsabilidades são os seguintes:

Método de cálculo: Para o apuramento das responsabilidades relativas aos actuais pré-reformados, reformados e pensionistas, procedeu-se ao cálculo do valor actual de rendas vitalícias imediatas.

Taxa de rendimento: assumiu-se uma rentabilidade real de longo prazo de 4% face ao crescimento das pensões.

Tábuas de Mortalidade: utilizou-se a tábua TV 73/77

Número de pagamentos das pensões de pré-reforma: 14 pagamentos por ano.

Número de pagamento das pensões de acidente de trabalho: 13 pagamentos por ano.

Prazo de pagamento das pensões de pré-reforma: pensões pagas até aos 65 anos.

Prazo de pagamento das pensões de acidente de trabalho: pensões vitalícias.

Data de efeito dos cálculos: 31 de Dezembro de 2007.

3.5. Provisões

As provisões são constituídas pelos valores efectivamente necessários para fazer face a perdas económicas estimadas.

3.6. Impostos sobre lucros

Os montantes a liquidar, de imposto sobre o rendimento do exercício, são determinados com base nos resultados líquidos, ajustados em conformidade com a legislação fiscal. São reconhecidos na determinação do encargo com impostos sobre o rendimento do exercício, os efeitos das diferenças temporais inerentes à diferença entre a base contabilística e fiscal do valor dos activos e passivos apresentados. Os impostos diferidos

activos são reconhecidos até ao limite do montante realizável em exercícios futuros, de acordo com as expectativas de obtenção de resultados fiscais positivos futuros.

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas tributado de acordo com o regime Especial de Tributação pelo resultado consolidado, conforme mencionado na nota 6.

3.7. Reservas de Reavaliação

Os montantes registados nesta rubrica, referentes aos acréscimos líquidos de imobilizados gerados pelas reavaliações, efectuadas de acordo com os critérios definidos para as mesmas, são movimentadas para resultados transitados na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos. Na generalidade, os montantes registados não estão livres para distribuição, podendo apenas ser utilizados na cobertura de prejuízos, registados até à data de referência da respectiva reavaliação, ou para aumento de capital.

3.8. Proveitos diferidos (subsídios)

Os subsídios recebidos para apoio ao investimento em material circulante são registados em proveitos diferidos quando recebidos, sendo reconhecidos em resultados, em linha com a amortização do activo financeiro.

3.9. Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no exercício a que respeitam, independentemente do seu pagamento ou recebimento.

Os serviços prestados pela CP, os quais compreendem o serviço de transporte de passageiros e carga, são reconhecidos com a transferência dos riscos e benefícios associados à posse do título de transporte pelo cliente.



14

3.10. Derivados

Os contratos utilizados para cobertura de riscos de taxa de juro não são reavaliados ao valor de mercado sendo este divulgado na nota 31.1

Os juros a receber ou a pagar relacionados com operações de derivados de taxa de juro são periodificados por contrapartida de proveitos ou custos até ao vencimento das operações.

4. Cotações utilizadas na conversão das Contas Activas e Passivas expressas em Moeda Estrangeira

As cotações utilizadas para conversão dos saldos a pagar em moeda estrangeira, das contas incluídas no Balanço e na Demonstração dos Resultados, respeitantes a dívidas expressas em moeda de Países fora da zona euro, foram actualizadas com as cotações fixadas oficialmente pelo Banco de Portugal, à data de 2007/12/31.

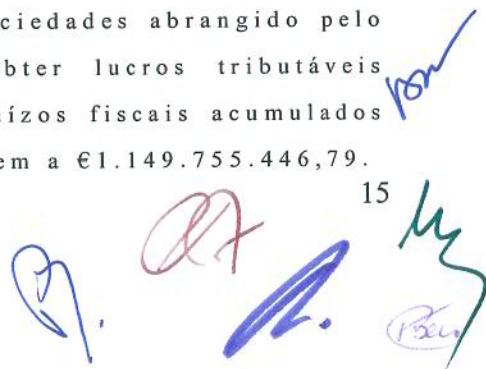
5. Medida em que o resultado do exercício foi afectado, com vista a obter vantagens fiscais

Nada a referir.

6. Situações que afectem significativamente os impostos futuros

A CP é a sociedade dominante de um grupo de empresas, tributado de acordo com o Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades previsto no artigo 63º do Código do IRC, que integra, para além da própria CP, as filiais EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA e TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda.

Na sequência da publicação da Directriz Contabilística n.º 28, relativa a Impostos sobre o Rendimento, a CP não contabilizou activos nem passivos por impostos diferidos relacionados com o reporte de prejuízos fiscais, por ter considerado que não existem expectativas de que o referido grupo de sociedades abrangido pelo regime especial de tributação venha a obter lucros tributáveis futuros que permitam a utilização dos prejuízos fiscais acumulados da CP, que a 31 de Dezembro de 2006 ascendem a €1.149.755.446,79.



Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais são reportáveis durante um período de seis anos após a sua ocorrência e susceptíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período.

O resultado contabilístico foi ajustado de modo a reflectir o IRC estimado com a tributação autónoma de 2007, no montante de € 311.521, única matéria colectável apurada.

De acordo com a legislação em vigor, a situação fiscal da Empresa está sujeita a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (cinco para a Segurança Social, dez anos até 2001, inclusivé). Deste modo, as declarações fiscais da Empresa dos anos de 2007, 2006, 2005, 2004 (e de 2003, 2002, 2001, 2000, 1999 e 1998 para a Segurança Social) poderão vir a ser sujeitas a revisão.

O conselho de Gerência da CP não prevê que eventuais correcções resultantes das revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais, àquelas declarações de impostos, possam ter efeito significativo nas Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2007.

7. Número médio de pessoal

O número médio de pessoas ao serviço da empresa no exercício foi de 4 165 empregados, comparativamente com o exercício de 2006 em que o número foi de 4 310 empregados.

II - Informações de Rubricas do Balanço

8. Movimento ocorrido nas contas 431 "Despesas de Instalação" e 432 "Despesas de Investigação e de Desenvolvimento".

Em 2007, ficou concluída a implementação do sistema de facturação da CP CARGA, a integração do sistema Train Office no sistema Data Warehouse e o licenciamento do sistema SAP - 2º Adicional.

9. Justificação para amortizações de "Trespases"

Não existem valores na conta "Trespases".



10. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo immobilizado constantes do balanço e nas respectivas amortizações e ajustamentos.

Seguem em mapa 10.1. e 10.2. anexos a este articulado.

11. Custos Financeiros Capitalizados

Os custos incorridos no exercício e respeitantes a empréstimos obtidos para financiar immobilizações, durante a construção, que foram capitalizadas neste período, ascendem a 799 140 euros.

12. Diplomas Legais utilizados na reavaliação das immobilizações corpóreas

As immobilizações corpóreas foram reavaliadas como segue:

12.1. Material circulante

- Reavaliado no exercício de 1995 ao abrigo do Despacho n.º 766/95 FIN do Senhor Secretário de Estado das Finanças de 95.08.04.
- Reavaliado no exercício de 1997 nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

12.2. Restantes immobilizações com excepção de peças de parque.

Reavaliação livre efectuada no exercício de 1999, pelo método do valor corrente de mercado.

Handwritten signatures and initials in red and blue ink, including the number 17.

13. Quadro Discriminativo das reavaliações

Comparação do valor contabilístico das imobilizações corpóreas com os respectivos custos históricos.

(em euros)

Rubricas de Imobilizações Corpóreas	Valor Contabilístico	Reavaliações (a)	Valores Contabilísticos Reavaliados
Terreno e recursos naturais	2 964 842	28 334 257	31 299 099
Edifícios e outras construções	66 528 241	16 282 598	82 810 839
Equipamento básico	965 687 325	48 160 315	1 013 847 640
Equipamento de transporte	1 004 617	-	1 004 617
Ferramentas e utensílios	33 315	-	33 315
Equipamento administrativo	2 381 073	-	2 381 073
Outras imobilizações corpóreas	28 518 858	-	28 518 858
Total	1 067 118 271	92 777 170	1 159 895 441

(a) Valor da reavaliação do material circulante em 1995 e em 1997 no que respeita a Equipamento básico e da avaliação dos restantes bens do imobilizado corpóreo em 1999, conforme informação constante da nota 39.

14. Caracterização das imobilizações corpóreas e em curso

a) É o seguinte o valor global (em euros) para cada uma das rubricas:

- A totalidade das imobilizações estão afectas à actividade única da Empresa (valor bruto)
2 329 626 473
- Imobilizações implantadas em propriedade alheia:
Existem imobilizações que se encontram implantadas em propriedade da CP e em propriedade do Estado (ver nota n.º48.1.)


18

- Imobilizações localizadas no estrangeiro:

O edifício sito na Calle Zapata, nº 5 e 7 na cidade de Badajoz, Espanha, única imobilização localizada no estrangeiro, foi alienado no exercício.

- Imobilizações reversíveis:

Nada a referir.

b) Os custos financeiros líquidos de amortizações capitalizados respeitantes ao exercício e acumulados (em euros), são os seguintes (incluindo somente as imobilizações corpóreas e em curso capitalizadas após 31 de Dezembro de 1998):

Imobilizado corpóreo e em curso

- | | |
|----------------------------|-----------|
| • No exercício | 799 140 |
| • Acumulados em 2007/12/31 | 9 264 683 |

15. Locação Financeira

Nada a referir.

16. Relação das empresas do grupo e das empresas associadas

(Segue em mapa anexo a este articulado).

A CP prepara Demonstrações Financeiras consolidadas do Grupo CP ao abrigo do Despacho n.º1414-A/2001 de 9 de Outubro, do Sr. Secretário de Estado do Tesouro e das Finanças, não lhe sendo aplicável o disposto no Decreto-Lei n.º 238/91 de 2 de Julho.

17. Acções e Quotas na conta “Títulos Negociáveis”

Nada a referir.

18. Discriminação da conta 4154- “Fundos”

Nada a referir.

19. Diferenças materialmente relevantes entre os custos de elementos do activo circulante e as quantias a preços de mercado.

Nada a referir.

19

20. Valorizações inferiores ao mais baixo do custo ou do valor de mercado

O valor das existências de materiais diversos encontra-se ajustado em 5 441 me. O ajustamento corresponde à totalidade dos bens existentes em armazém sem rotação há mais de 5 anos.

21. Movimentos ocorridos nas rubricas do activo circulante

(Segue em mapa anexo a este articulado).

22. Existências fora da empresa

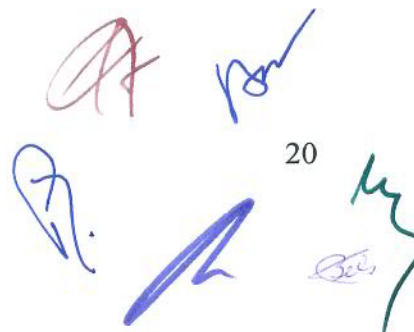
As existências fora da empresa, respeitam a:

	(em euros)
- Mercadorias enviadas à consignação	1 400
- Materiais em trânsito	81 476

23. Dívidas de cobrança duvidosa

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço (em euros):

• Dívidas de Terceiros – Médio e Longo Prazo	
• Outros devedores	975 110
• Dívidas de Terceiros – Curto Prazo	
• Clientes	34 503 362
Contas correntes	34 476 701
Letras protestadas	26 661
• Empresas do grupo	599
• Empresas participadas e participantes	44 792
• Outros devedores	5 896 111


20

24. Adiantamentos ou empréstimos concedidos aos membros do Conselho de Gerência e da Comissão de Fiscalização da Empresa.

Não existem

25. Dívidas Activas e Passivas respeitantes ao pessoal

	(em euros)
• Dívidas activas	98 155
• Dívidas passivas	37 605

26. Dívidas Tituladas

Valor global das dívidas que se encontram tituladas, por rubricas do Balanço (em euros):

• Dívidas a Instituições de Crédito	295 000 000
-------------------------------------	-------------

27. Quantidade e valor nominal das obrigações convertíveis, títulos de participação ou direitos similares, emitidos pela Empresa

Não existem.

28. Dívidas ao “Estado e Outros Entes Públicos” em situação de mora

Não existem.

29. Dívidas a terceiros a mais de cinco anos, por rubricas do Balanço

21

Dívidas a Instituições de Crédito

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DíVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
BEI-CPIIIA PTE(10)-1ºD	12.469.947,45	2008	2017
BEI-CPIIIA PTE(10)-2ºD	12.469.947,45	2008	2017
BEI CPIIIC (14,8 M) - 1ºD	6.000.000,00	2009	2018
BEI CPIIIC (14,8 M) - 2ºD	30.000.000,00	2009	2018
BEI CPIIIC (14,8 M) - 3ºD	8.293.253,25	2009	2018
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE A	64.046.666,66	2011	2020
BEI CP ROLLING STOCK A PARTE B	9.787.500,00	2008	2015
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE A	43.866.666,67	2012	2021
BEI CP ROLLING STOCK B PARTE B	26.500.000,00	2009	2016
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE A	56.000.000,00	2013	2022
BEI CP ROLLING STOCK C PARTE B	15.000.000,00	2010	2017
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE A	19.000.000,00	2015	2024
BEI CP ROLLING STOCK D PARTE B	53.375.000,00	2012	2019
Com o Aval do Estado	356.808.981,48		

Outros Empréstimos Obtidos

(euros)

FINANCIAMENTO	CAPITAL EM DíVIDA	REEMBOLSO	
		Início	Fim
POLO SECURITIES II LIMITED	125.000.000,00	2009	2014
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 1ª T	100.000.000,00	2013	2013
POLO III - CP FINANCE LIMITED - 2ª T	300.000.000,00	2015	2015
EUROFIMA 118	25.000.000,00	2014	2014
EUROFIMA 119	58.900.000,00	2015	2015
EUROFIMA 124	122.280.000,00	2014	2014
EUROFIMA 125	55.000.000,00	2014	2014
EUROFIMA 126	75.000.000,00	2016	2016
	861.180.000,00		



 22

30. Dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais prestadas pela empresa

As dívidas a terceiros, cobertas por garantias reais, respeitam a empréstimos concedidos pela Eurofima – Sociedade Europeia para o Financiamento de Material Ferroviário, no montante de 751 317 572 euros e encontram-se cobertas por imobilizações corpóreas conforme indicado na nota 32.1.

31. Compromissos financeiros

31.1. Informação sobre Derivados

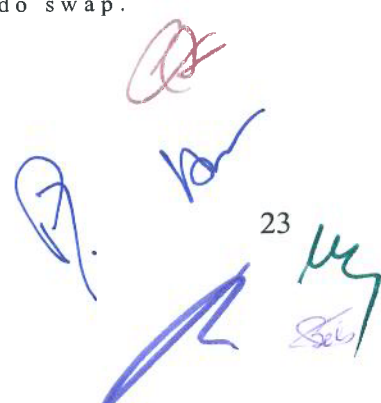
De a forma a minimizar o risco de volatilidade da taxa de juro a que está exposta, a CP recorre à contratação de instrumentos financeiros derivados de taxa de juro, o que lhe permite uma redução de encargos financeiros e seu ajustamento às condições de mercado.

Em 31 de Dezembro de 2007, a empresa possui instrumentos financeiros derivados cujos vencimentos ocorrerão de 2012 a 2021.

Os fluxos financeiros de juros corridos dos derivados foram reconhecidos de acordo com o princípio contabilístico do acréscimo.

Na prossecução da política de gestão de risco de taxa de juro em 2007, a Empresa contratou três novos swaps para os montantes de 100 000 000 €, 375 000 000 € e 286 939 895 €, com maturidades em 2013, 2014 e 2021, respectivamente. O início dos efeitos de cobertura para os dois primeiros instrumentos financeiros reporta-se a 29 de Julho e a 26 de Dezembro 2006.

No decorrer do exercício foi também reestruturado o swap existente para cobertura do empréstimo obrigacionista de 250 milhões de euros o que, além de permitir a redução dos encargos financeiros do ano, gerou um ganho de 3.250.000 €, que na Contabilidade se apresenta diferido pelo período correspondente à maturidade do swap.

Handwritten signatures and initials in blue and red ink, including a large blue signature, a red signature, and several blue initials.

A alocação dos derivados aos empréstimos do financiamento a que respeitam é como segue (em euros):

Financiamento	Montante	Maturidade Swap	Justo Valor
Swap empréstimos Bayerische e KFW	62 000 000	2012	-6 519 068
Swap empréstimos Eurofima	273 837 572	2015	7 100 000
Swap empréstimo Obrigacionista	250 000 000	2012	-4 199 487
Swap empréstimo Polo III - 1ª Tranche	100 000 000	2013	-490 271
Swap empréstimo Polo III - 2ª Tranche	300 000 000	2015	-7 423 009
Swap empréstimo Polo Securities II Limited	375 000 000	2014	-950 000
Swap empréstimos BEI e swap Bayerische e KFW	286 939 895	2021	-21 410 850
Total	1 647 777 467		-33 892 685

31.2. Compromissos relativos a pensões que figuram no balanço

Os compromissos financeiros relativos a pensões figuram no Balanço e correspondem a pensões de pré-reformas de trabalhadores no âmbito do DL n.º 261/91 de 25 de Julho e a pensões de acidentes de trabalho ocorridos até 31 de Dezembro de 1999. Encontram-se provisionados de acordo com os critérios indicados na nota 3.4 e ascendem a 96.451 euros e a 11.328.998 euros respectivamente.

31.3. Compromissos relativos à aquisição de material circulante

Os compromissos financeiros assumidos com a aquisição de material circulante ascendem a 78.002 milhares de euros e respeitam à aquisição de 25 locomotivas eléctricas de transporte de mercadorias, que serão liquidados no âmbito dos respectivos contratos de fornecimento de material circulante.

24

32. Garantias, fianças e avales prestadas

32.1. Garantias reais prestadas no âmbito de empréstimos obtidos pela CP da Eurofima:

(em euros)

Imobilizações Corpóreas		
Rubrica	Valor Bruto	Valor Líquido
423-Equipamento Básico		
Automotoras - RAV	839 318 384	513 785 684
Carruagens e Furgões - RAV	75 767 679	24 545 130
Locomotivas e Locotractores - RAV	301 252 467	136 597 481
Vagões - RAV	127 083 493	39 016 646
Total	1 343 422 023	713 944 941

32.2. Garantias prestadas a favor de empresas interligadas

Garantias e avales prestados pela CP – a empresas do grupo e associadas

- Fergráfica (cartas conforto) 1 041 382
- Emef (cartas conforto) 6 987 979
- Emef (fiança) 10 000 000
- Fernave (cartas conforto) 1 800 000

32.3. Garantias prestadas a favor da CP

- Garantias e fianças prestadas à CP pelo Estado 733 701 878
- Garantias e fianças bancárias prestadas à CP por entidades bancárias a favor de terceiros 2 345 366

33. Indicação das diferenças entre as importâncias das dívidas a pagar e as correspondentes quantias arrecadadas

Nada a referir.



34. Desdobramento das contas de provisões acumuladas e explicitação dos movimentos ocorridos no exercício.

Segue em mapa anexo a este articulado.

35. Aumento do capital estatutário no exercício

Em 2007 não se realizaram aumentos ou reduções no capital estatutário.

36. Número de acções e valor nominal

Não aplicável à empresa.

37. Detentor do capital

O Estado Português detém 100% do capital da empresa que foi nacionalizada nos termos do Decreto-Lei n.º 205-B/75 de 16 de Abril.

38. Número e valor nominal das acções e quotas subscritas no capital, durante o exercício

Não aplicável à empresa.

39. Movimento ocorrido nas reservas de reavaliação

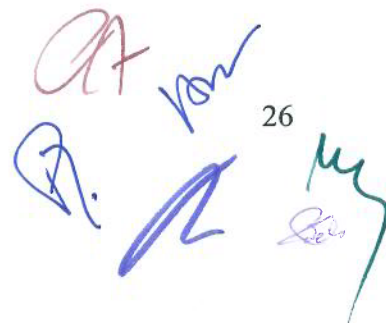
A empresa procedeu pela primeira vez em 1995 à reavaliação do imobilizado corpóreo.

A reavaliação incidiu no imobilizado contemplado na rubrica "Equipamento Básico" e engloba o material circulante, à data de 31 de Dezembro de 1995.

O sistema utilizado consistiu em calcular previamente, amortizações correspondentes ao exercício de 1995 e seguidamente procedeu-se à aplicação, aos valores do imobilizado e às respectivas amortizações acumuladas dos coeficientes de desvalorização da moeda constantes da Portaria n.º 338/95 de 21 de Abril, corrigidos previamente com o factor de 1,04.

No exercício de 1997 procedeu-se à Reavaliação do Imobilizado Corpóreo nos termos do Decreto-Lei n.º 31/98 de 11 de Fevereiro.

26



No exercício de 1999, a empresa procedeu à inventariação dos bens contemplados nas restantes rubricas do imobilizado corpóreo, adquiridos até 31 de Dezembro de 1997, com excepção dos correspondentes ao material circulante e a peças de parque.

Este trabalho foi coordenado pelas empresas Ernst & Young e CPU-Consultores de Avaliação e genericamente consistiu na identificação dos bens, respectiva avaliação com base no critério do valor corrente de mercado e cálculo do excedente deste último para o custo histórico, de que resultou um montante de 51 989 137 euros.

As variações das reservas de reavaliação ocorridas no exercício de 2007 constam no quadro que segue:

(em euros)

Contas	Saldo Inicial	Reaval. Registadas	Inc. Cap.	Outras Transf ^{as}	Saldo Final
		-	-		
5691 -Res.reav/95	33 852 655			(3 873 606)	29 979 049
561 -Res.reav/97	19 357 968	-	-	(1 176 702)	18 181 266
5692-Res.reav/99-Estado	32 446 623			(367 307)	32 079 316
5693-Res.reav/99-CP	12 900 015	-	-	(362 476)	12 537 539
Total	98 557 261			(5 780 091)	92 777 170

As transferências para resultados transitados foram efectuadas de acordo com a realização dos bens verificada no próprio exercício para as “reservas de reavaliação” de 1995 e de 1997 e para as “reservas de reavaliação” de 1999.



 27

40. Variação das rubricas do Capital Próprio

Movimentos ocorridos no exercício em cada uma das rubricas de capitais próprios (em euros):

Contas	Saldo inicial	Movimentos no Exercício		Saldo final
		Aumentos	Diminuições	
51 - Capital estatutário	1 995 317 000			1 995 317 000
55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas:				
551 - Ajustamentos de transição	202 900			202 900
552 - Lucros não atribuídos	2 680 493	6 472		2 686 965
553 - Out variações Cap Próprios	- 73 233			- 73 233
554 - Depreciações	0			0
56 - Reservas de reavaliação				
561 - Res. Reavaliação - DL	19 357 968		1 176 702	18 181 266
569 - Res. Reavaliação - Outras	79 199 293		4 603 389	74 595 904
57 - Reservas				
571 - Reservas legais	24 703			24 703
572 - Reservas estatutárias	1 306 650			1 306 650
574 - Reservas livres	0			0
575 - Subsídios	7 296 585		1 057 214	6 239 371
576 - Doações	0			0
577 - Reserva para financ de ILD's -	0			0
- DL 361 e 387/85	0			0
579 - Reservas p/ saneam financ	91 357 368			91 357 368
59 - Resultados transitados	-3 641 887 471	5 780 091	192 904 705	-3 829 012 085
	-1 445 217 744	5 786 563	199 742 011	-1 639 173 191

Handwritten signatures and initials in red, blue, and green ink, along with the number 28 and a date-like mark.

Comentários às rubricas de capitais próprios:

51 - Capital Estatutário

O Capital Estatutário da CP, E.P. é fixado por Despacho Conjunto dos Ministros da Tutela e das Finanças de acordo com o artº.3º.do Decreto-Lei n.º 490/76 de 23 de Junho, na sequência de proposta do Conselho de Gerência, conforme previsto no artº1º do citado Diploma.

55 - Ajustamentos de partes de capital em empresas do grupo e associadas

551 - Ajustamentos de transição

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial pela primeira vez em 1993, às participações financeiras em empresas do Grupo e em empresas associadas.

552 - Lucros não atribuídos

Esta rubrica reflecte a variação entre os lucros imputáveis às participações financeiras nas empresas do grupo e associadas e os dividendos que forem atribuídos, relevados por contrapartida de Resultados Transitados.

553 - Outras Variações nos Capitais Próprios

Esta rubrica reflecte os ajustamentos resultantes da variação dos Capitais próprios nas empresas do grupo e empresas associadas, decorrentes da aplicação do Método de Equivalência Patrimonial.

56 - Reservas de Reavaliação

561 - Decreto-Lei nº31/98

O montante em saldo nesta rubrica respeita ao valor de reavaliação do Material Circulante que em 1997 não apresentava nenhuma parcela totalmente amortizada e que no final do exercício se encontra em curso de amortização.

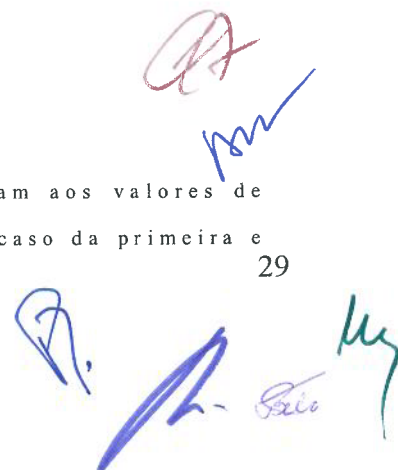
569 - Outras Reservas

5691 - Reservas de Reavaliação/95

5692 - Reservas de Reavaliação/99 Estado

5693 - Reservas de Reavaliação/99 CP

Os montantes em saldo nestas rubricas respeitam aos valores de reavaliação do Material Circulante em 1995 no caso da primeira e



aos valores de reavaliação em 1999 dos restantes bens do domínio público concedidos em contrato e da CP, com excepção das peças de parque e que no final do exercício se encontram em curso de amortização.

57 - Reservas

571 - Reservas Legais

Esta rubrica reflecte a reserva legal ajustada de uma redução de €712 em 2001 por redenominação do capital estatutário em euros.

572 - Reservas Estatutárias

Esta reserva corresponde ao valor do Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante existente em 31 de Dezembro de 1974.

O Fundo de Amortização e Renovação de Material Circulante destinava-se à renovação do material circulante, conforme previsto no Artº16º do Contrato de Concessão de 1951 entre o Estado e a Companhia dos Caminhos de Ferro Portugueses, e respeitava ao excedente das receitas do Fundo sobre os investimentos por ele financiados.

575 - Subsídios

O saldo desta rubrica respeita essencialmente a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em curso de amortização.

579 - Reserva para Saneamento Financeiro

Esta reserva reflecte o Passivo assumido pelo Estado nos termos do Protocolo de 24 de Agosto de 1993, respeitante a dívidas à Administração Fiscal, à DGT e à Banca no montante de €97.975.959 e a utilização na regularização do restante valor em dívida pelo Estado de €6 618 591, resultante do saneamento financeiro realizado no âmbito do Decreto-Lei nº361/85.

59 - Resultados Transitados

Em 31 de Dezembro de 2006, o saldo desta rubrica ascendia a -€ 3.641.887.471 e reflectia os resultados líquidos dos exercícios de 1985 a 2005, os ajustamentos diversos resultantes das participações nas empresas do grupo e associadas; a utilização de reservas de reavaliação, por realização de bens a que estavam associadas; a correcção da reserva de reavaliação de 1995 e 1997

resultante da correcção da vida útil de 2 UQE's da Linha de Sintra; a utilização da reserva respeitante a subsídios recebidos para Material Circulante no período de 1982 a 1989, em função da respectiva amortização económica; o reforço da provisão para encargo com a taxa de uso respeitante ao exercício de 2000; o reforço da provisão para encargos com acidentes de trabalho e doenças profissionais em 1997; a anulação do crédito sobre o Estado por encargos assumidos no âmbito do saneamento financeiro-Decreto-Lei n.º361/85 e n.º 387/85; o reconhecimento de proveitos pelo transporte de militares e forças militarizadas ao abrigo da Portaria n.º471/78 de 19 de Agosto, no período de 1996 a 1999 e de 2002 a 2004.

No exercício, ocorreram os seguintes aumentos:

Utilização de reservas de reavaliação de 1995 e 1997 em €5 050 308 e de reservas de reavaliação de 1999, em €729 784, pelos valores de realização no exercício de bens reavaliados naqueles anos.

No que concerne ao Resultado Líquido de 2006 no montante de €-192 897 562, foi considerado no saldo desta rubrica para efeitos de apresentação destas Demonstrações Financeiras. Porém, os documentos de prestação de contas de 2006 aguardam Despacho de Aprovação das Tutelas Sectorial e Financeira.

41. Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Segue em mapa anexo a este articulado.

42. Demonstração da variação da produção e demonstração do custo das vendas e das prestações de serviços

42.1. Não aplicável à empresa

42.2. Demonstração do custo das vendas e da prestação de serviços
(Segue mapa 42.2 anexo a este articulado)



31

43. Remunerações atribuídas aos órgãos sociais

(em euros)

- Conselho de Gerência 490 217
- Comissão de Fiscalização 25 664

Não existem responsabilidades assumidas relativamente a pensões de reforma dos antigos membros dos órgãos acima referidos.

44. Valor líquido das prestações de serviços

(em euros)

Prestações de Serviços	Mercado Interno	Mercado Externo	Total
72-Prestações de Serviços	265 336 767	16 708 120	282 044 887

45. Demonstração dos resultados financeiros

Segue em mapa anexo a este articulado.

46. Demonstração dos resultados extraordinários

Segue em mapa anexo a este articulado.

Os custos e perdas extraordinários respeitam essencialmente ao reconhecimento de dívidas incobráveis, de perdas em existências de mercadorias por descontinuidade da loja de víveres do Entroncamento, ao aumento de amortizações, a custos com acidentes ferroviários e às despesas de transporte do material circulante que integra o primeiro e o segundo lote, de um contrato quadro de compra e venda com o Ministério do Plano do Governo Argentino, conforme referido na nota 48.8.1.

Os proveitos e ganhos extraordinários reconhecidos no exercício correspondem maioritariamente ao valor da facturação do transporte do primeiro e do segundo lote do material circulante vendido ao Ministério do Plano do Governo Argentino, de acordo com o estabelecido no contrato antes referido, a redução de provisões para encargos com processos judiciais em curso, acidentes de trabalho e doenças profissionais, acidentes ferroviários, pré-reformas e com outros encargos, e aos subsídios para material circulante.

IV – Outras Informações

47. Informações exigidas por diplomas legais

47.1. Informação a que se refere o Despacho do Secretário de Estado do Tesouro, de 25 de Junho de 1980:

- Encargos com estruturas representativas dos trabalhadores

(em euros):

Ordenados e Salários	139 221
Subsídio de férias e 13º mês	25 284
Encargos sobre remunerações	40 425
Outras despesas com o pessoal	9 722

- Número de trabalhadores envolvidos

A tempo inteiro:

Dirigentes sindicais	13
Comissão de trabalhadores	1

A tempo parcial:

Dirigentes sindicais	73
Delegados sindicais	7
Comissão de trabalhadores	6
Subcomissão de trabalhadores	57

47.2. Informação a que se refere o Decreto-Lei nº 411/91 de 17 Outubro:

- A dívida à Segurança Social ascende a 2 198 193 euros, não se encontrando qualquer valor em situação de dívida vencida.

33

48. Outras informações consideradas relevantes para melhor compreensão da posição financeira e dos resultados.

48.1. Imobilizações de conta do Estado

O imobilizado de conta do Estado (vidé nota 3.1.2.) ascende a 110 529 492 euros e desdobra-se como segue:

• Imobilizações corpóreas	110 529 492
421 - Terrenos e recursos naturais	19 304 297
422 - Edifícios e outras construções	91 225 195
• Imobilizações em curso	0
442 - Obras em curso	0

48.2. Conteúdo da conta 24 – Estado e Outros Entes Públicos

(euros)

24 Activo - Estado e Outros Entes Públicos		Débitos	
241	Imposto sobre o Rendimento		679 494
2411	Pagamento Especial por Conta	615 874	
2412	Imposto Retido na Fonte	63 620	
243	Imposto sobre o Valor Acrescentado		6 230 763
2437	IVA a Recuperar do período de Nov e Dez 2007	3 504 611	
2438	IVA - Reembolsos Pedidos do período de Julho a Out de 2007	2 726 152	
245	Contribuições Seg. Social - CNP		177 999
248	IVA - Imposto a recuperar		880 888
Total			7 969 144
24 Passivo - Estado e Outros Entes Públicos		Créditos	
2414	Tributação Autónoma	311 521	311 521
242	Retenções – Imposto sobre Rendimento	1 121 597	1 121 597
245	Contribuições Seg. Social-CNP e IGFSS	2 376 192	2 376 192
Total		3 809 310	3 809 310

48.3. Desdobramento das rubricas de Outros Devedores e de Outros Credores no Balanço

48.3.1. Outros Devedores

(em euros)

Rubrica 261/3 + 268 + 221			
Contas	Designação	Saldo	
	Dívidas de Terceiros - Médio e Longo Prazo		
268	Devedores Diversos	975 110	
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Médio e Longo Prazo	- 975 110	0
	Dívidas de Terceiros - Curto Prazo		
221	Fornecedores c/c - Saldos Devedores	105 847	
261	Forn. de Imob c/c - Saldos Devedores	38 869	
262	Outros Devedores - Pessoal	164 296	
268	Devedores Diversos		
	D.Diversos - c/c	7 522 946	
	D.Diversos - Cobrança Duvidosa	5 896 111	
	Credores Diversos - Saldos Devedores	454 408	
	C.Div-Dep Cauções Prestadas	48 905	
	C.Div.-Prov. Rep-Traf. Merc. CPCG	1 394 641	
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. UVIR	658 692	
	C.Div.-Prov. Rep-Res. Elect. Outros	74 224	
	C.Div.-IVA-Operações. a Regul.	5 283 453	
	C.Div.-Valores Regularizar Estações	127 270	
	C.Div.-ODC-Cartão Galp Frota	66 768	
	Outros Devedores Diversos	440 053	
		21 967 471	
		22 276 483	
288	Ajustamentos de Dívidas a Receber - Outras Dívidas	- 5 896 111	16 380 372

Handwritten signatures and initials in red, blue, and green ink, along with the number 35.

48.3.2. Outros Credores

(em euros)

Rubrica 262/8 + 211		
Contas	Designação	Saldo
	Médio e Longo Prazo	
265	Outros Credores - Cred. Subscrições	-12 570 254
	Curto Prazo	
211	Outros Credores - Clientes - c/c	-257 199
262	Outros Credores - Pessoal	-116 061
263	Outros Credores - Sindicatos	-58 892
267	Outros Credores - Consultores	-372 768
268	Credores Diversos - c/c	
	Saldo Credor - Devedores Diversos	-521 145
	Credores Diversos - c/c	-6 087 120
	Credores Diversos - Cauções Recebidas	-83 928
	Credores Diversos - Prov. Repartir UN's	-1 375 950
	Outros Credores Diversos	-1 300 675
		-9 368 818
		-10 173 738


48.4. Conteúdo das contas de Acréscimos e Diferimentos


48.4.1. Activo


(euros)

Contas	Saldo
271 - Acréscimos de Proveitos	1 746 558
Curto Prazo	1 746 558
2711 - Acréscimo de Proveitos	
Juros e outros proveitos relativos a 2006 e 2007 a facturar em 2008	488 885
2712 - Acréscimo de Proveitos - CP Lisboa	
Prestação de serviços de transporte de 2007 a facturar em 2008. Especialização do valor em 2006, relativo ao Plano de Apoio a Idosos (PAII), a facturar em 2008.	814 982
2713 - Acréscimo de Proveitos - CP Regional	
Prestação de serviços de transporte de 2007 a facturar em 2008	919
2714 - Acréscimo de Proveitos - CP Porto	
Prestação de serviços de transporte de 2007 a facturar em 2008	31 627
2715 - Acréscimo de Proveitos - CP Carga	
Prestação de serviços de transporte de 2007 a facturar em 2008	158 206


2716 - Acréscimo de Proveitos - CP L. Curso			
Prestação de serviços de transporte de 2007 a facturar em 2008		68 204	
2719 - Outros Acréscimos de Proveitos			
Prestação Serviços-Redes Estrang.-Troços Fronteir. Porto/Vigo, referente a 2007 a facturar em 2008.		183 735	
272 - Custos Diferidos			51 768 838
Médio e Longo Prazo		34 722 194	
2723 - Custos Diferidos		29 575 970	
- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos		637 716	
- R2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 5 e 8 anos		20 611 298	
- REV's Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos, depende das séries de material.		8 326 956	
2729 - Outros Custos Diferidos		5 146 224	
Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2008 e seguintes			
Curto Prazo		17 046 644	
2723 - Custos Diferidos		15 744 115	
Diferimento dos encargos com grandes reparações do material circulante efectuadas pela EMEF, do seguinte tipo:			
- R1's Intervenções profundas em todos os órgãos do material circulante motor, para lhe restituir o potencial de vida útil inicialmente estimado, permitindo/garantindo a respectiva utilização em condições técnicas de funcionamento. Ocorrem normalmente a meio da vida útil do material, ou seja, ao fim de 15 anos		121 766	











- R2/3's Intervenções no material circulante programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo repor as condições técnicas de funcionamento dos equipamentos constituintes. Não concorrem para o aumento da vida útil do material reparado. A periodicidade com que ocorrem é função do tipo de material circulante e do modo de exploração do mesmo, variando entre 5 e 8 anos	10 334 670	
- REV's Intervenções programadas em função do tipo de exploração, tempo ou quilómetros percorridos, tendo como objectivo monitorar e/ou restituir a vida dos órgãos e equipamentos de segurança, garantindo a fiabilidade de funcionamento exigida. A frequência média destas intervenções é de 6 ou 8 anos e depende das séries de material.	2 914 942	
Adiantamentos efectuados à EMEF pela reparação de material circulante	2 372 737	
2729 - Outros Custos Diferidos	1 302 529	
Garantia MBIA Polo Sec II e Polo III, relativos a 2008	1 133 049	
Rendas, alugueres e contratos de assistência técnica liquidados em 2007 e relativos a 2008	169 480	
Total		53 515 396

48.4.2. Passivo

(euros)

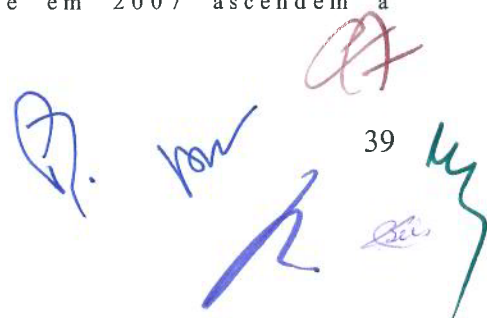
Contas	Saldo	
273 - Acréscimos de Custos		78 728 303
Curto Prazo	78 728 303	
2731 - Acréscimo de Custos-Seguros a Liquidar	1 215	
Seguros a liquidar em 2008		
2732 - Acréscimo de Custos-remunerações a liquidar	17 197 226	
Férias e subsídio de férias a liquidar em 2008		
2733 - Acréscimo de Custos - juros a liquidar	22 789 874	
Juros de financiamentos a liquidarem em 2008		
2734 - Acréscimo de Custos - taxa aval a liquidar	396 863	
Taxa de aval respeitante ao empréstimo obrigacionista e a empréstimos do BEI-CP III e ROLLING STOCK a liquidar em 2008		
2735 - Acréscimo de Custos - FSE a liquidar	31 271 055	
Estimativa de serviços essenciais, adicionais e auxiliares prestados pela REFER em 2004/5/6/7.	22 499 036	
Especialização de encargos com reparação de material circulante em 2006, encargos com energia, com o Acordo CP/Renfe e outros encargos em 2007 a regularizar em 2008.	8 772 019	
2736 - Acréscimo de Custos-Out. Enc.Financeiros		
Reconhecimento de encargos financeiros contraídos junto da EUROFIMA em 2007 a pagar em 2008.	3 706 318	

[Handwritten signatures and initials in blue and red ink]

2739 - Taxa de Uso	3 365 752	
Taxa de utilização das infraestruturas - REFER de 9 a 31 Dez/07 a liquidar em 2008		
274 - Proveitos Diferidos		233 183 961
Médio e Longo Prazo	216 291 053	
2745 - Proveitos Diferidos	208 600 478	
Subsídios do PIDDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/07 e a utilizar em anos seguintes.	85 311 923	
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/07 e a utilizar em anos seguintes	123 156 101	
Estudo de terminais multimodais - Train-Office	132 454	
2748 - Proveitos Diferidos		
Diferenças de câmbio das acções da Eurofima	1 750 869	
2749 - Outros Proveitos Diferidos		
Valor a amortizar do SWAP POLO III e JP Morgan	5 939 706	
Curto Prazo	16 892 908	
2744 - Proveitos Diferidos do Tráfego	1 343 952	
Passes sociais e assinaturas vendidos em Dez/07 e a utilizar em Jan./08		
2745-Proveitos Diferidos	11 558 730	
Subsídios do PIDDAC e Fundos Comunitários para o investimento recebidos até Dezembro/07 e a utilizar em anos seguintes	4 317 082	
Subsídios do Estado e Fundos Comunitários para o investimento (FEDER) recebidos até Dezembro/07 e a utilizar em anos seguintes	7 175 421	
Estudo de terminais multimodais - Train-Office	66 227	
2749 - Outros Proveitos Diferidos	3 990 226	
Valor a amortizar do SWAP POLO III e JP Morgan	3 644 940	
Outros Proveitos Diferidos	345 286	
Total		311 912 264

48.5. Transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça

Foram reconhecidas e ajustadas as dívidas do Ministério da Defesa Nacional, do Ministério da Justiça e do Tribunal Constitucional, respeitantes ao transporte de militares, forças militarizadas e de funcionários do Ministério da Justiça e do Tribunal Constitucional, no âmbito da Portaria 471/78 de 19 de Agosto, suportadas em facturas pró-forma e que em 2007 ascendem a € 5 298 746.



 39

Os valores em dívida encontram-se totalmente ajustados e datam de 2001, como segue:

(em euros)

Entidade	Dívida até 31 Dez. 2005	Dívida de 2006	Dívida de 2007	Total Geral	
	Tipo de Facturação				
	Firme	Proforma	Proforma		Proforma
Ministério da Defesa Nacional	5 201 444	12 154 694	3 822 217	3 635 071	24 813 426
Ministério da Justiça	62 525	3 372 373	1 616 659	1 899 382	6 950 939
Tribunal Constitucional				29 230	29 230
Ministério da Administ. Interna	10 264			(a)	0
Total	5 274 233	15 527 067	5 438 876	5 563 683	31 793 595






(a) - A dívida do Ministério da Administração Interna, facturada ao Regimento de Sapadores Bombeiros, datava de 2001 e foi reconhecida como incobrável no exercício.

48.6. Informações sobre matérias ambientais

A protecção do ambiente evidencia-se hoje como um dos direitos, liberdades e princípios fundamentais da União Europeia e é encarado como um factor crítico de desenvolvimento e qualidade de vida, a par do reconhecimento da responsabilidade da CP para com as gerações futuras, através do desenvolvimento sustentável.

A CP está a mobilizar recursos e a desencadear acções para um desempenho ambiental sólido, através do controlo dos impactos ambientais das suas actividades, estando em curso a implementação de um sistema de gestão ambiental, cuja certificação se pretende obter em 2008 com o referencial internacional ISO 14001:2004.

Qualidade e protecção do meio ambiente são valores que a empresa pretende garantir com a certificação. Estar certificado é sinónimo de preocupação em atingir elevados padrões de qualidade no serviço prestado. A implementação, gestão e certificação dos

sistemas significa também conseguir alcançar importantes vantagens competitivas.

Neste contexto, a CP obteve em 2007 alguns resultados no âmbito da implementação do Sistema de Gestão e Qualidade, como consequência dos objectivos que se propôs atingir em anos anteriores e que se materializam em:

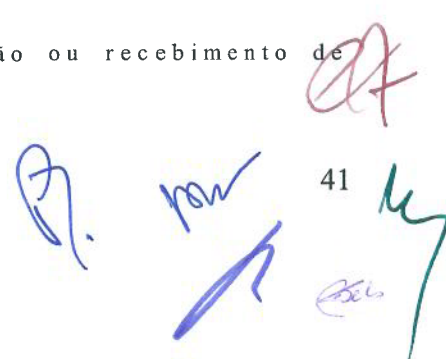
- ✓ Edição do Relatório de Sustentabilidade CP
- ✓ Implementação do Sistema de Gestão Ambiental
- ✓ Realização da Pré-Auditoria ao Sistema de Gestão Ambiental
- ✓ Elaboração e aprovação do plano de acções correctivas decorrentes das constatações levantadas.
- ✓ Área de Melhoria - Redução do consumo de energia para tracção:
 - o Constituição, pelo CG, de Grupo de Trabalho específico para o efeito;
 - o Elaboração da ICOP 2/07 - Economia de Energia em Tracção;
 - o Elaboração, Edição e Divulgação do Folheto “Condução Verde” (pessoal de condução)
 - o Inclusão no Plano de Formação de matérias específicas relacionadas com a redução de energia para tracção.

Os dispêndios verificados com o desenvolvimento das matérias da Qualidade e do Ambiente respeitam ao funcionamento da Equipa e foram reconhecidos como custos no exercício.

Não se verificam passivos de carácter ambiental associados a obrigações de natureza legal ou contratual, nem construtiva.

No exercício, não se verificou a atribuição ou recebimento de incentivos à política ambiental.

41



48.7. Operações conjuntamente controladas

No âmbito destas operações relevam os Acordos comerciais celebrados entre a CP e a Empresa espanhola RENFE Operadora.

Constituiu objecto destes Acordos assinados em Junho de 2007, mas com efeitos retroactivos a Janeiro de 2006 a gestão dos comboios directos que efectuam o percurso nocturno entre Lisboa – Madrid (Comboio Hotel Lusitânia) e Lisboa – Hendaya (Sud Expresso) nos termos seguintes:

- Lusitânia Comboio Hotel

Gestão conjunta das duas Empresas, com repartição de despesas e receitas em partes iguais.

- Comboio Sud Expresso

Gestão exclusiva pela CP que arrecada toda a receita da realização do comboio. A congénere espanhola, Renfe, garante a circulação do comboio em Espanha e todas as operações logísticas associadas, incluindo a venda e informação nas estações, sendo remunerada em conformidade.

O impacto destes acordos no resultado do exercício foi o seguinte:

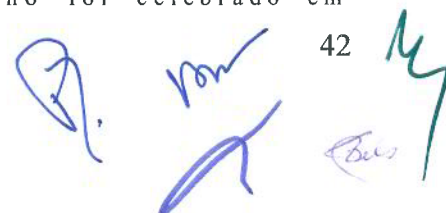
	(euros)	
	Custos	Proveitos
Comboio Hotel Lusitânia	3 135 842	2 070 676
Sud Expresso	7 487 393	6 072 653
Total	10 623 235	8 143 329

48.8. Venda de material circulante

48.8.1 - Ao Ministério de Planificacion Federal, Inversion Pública y Servicios do Governo Argentino Ministério

Entre a CP e o Ministério de Planificacion Federal, Inversion Pública y Servicios do Governo Argentino foi celebrado em

42



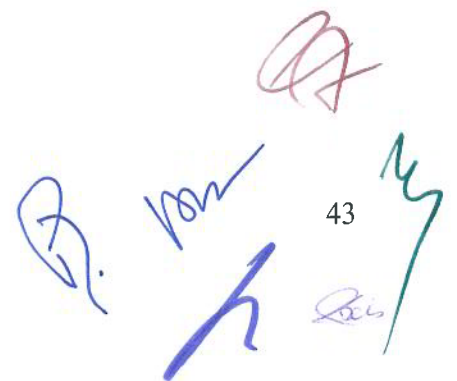
Março de 2006 um contrato quadro de compra e venda de 25 Unidades triplas eléctricas, 6 automotoras Nohab, 12 locomotivas diesel eléctricas Brissoneau, 8 locomotivas diesel eléctricas, 5 locomotivas diesel eléctricas Alstom e 20 carruagens, de reparação deste material e de formação técnica local, no montante total de € 20 221 500. De acordo com o previsto no referido contrato, a venda será efectuada em três lotes de material, mediante a assinatura de adicionais ao mesmo.

No presente exercício foram efectuadas as alienações do material respeitante ao primeiro e ao segundo lotes. O primeiro lote no montante de € 4 669 950 foi facturado em 2006 e corresponde à venda de 11 Unidades triplas eléctricas, 3 automotoras Nohab, 6 locomotivas diesel eléctricas Brissoneau, 1 locomotiva diesel eléctrica e 4 carruagens; o segundo lote foi facturado em 2007 no montante de € 5 920 854 e corresponde à venda de 4 Unidades triplas eléctricas, 3 automotoras Nohab, 3 locomotivas diesel eléctricas Brissoneau, 3 locomotivas diesel eléctricas, 4 locomotivas diesel eléctricas Alstom e 8 carruagens.

48.8.2 – A outras entidades

No presente exercício foram alienadas 3 automotoras UTD – Via Estreita à Crosland Técnica S A, no PERÙ, num total de facturação de € 760 000; 18 vagões à Rede Ferroviária Nacional – REFER, EP no montante de € 50 575 e 1 vagão à Fergrupo – Construções Técnicas Ferroviárias, SA no montante de € 7 500.

43



48.9. Partes Relacionadas

São os seguintes os saldos em 31 de Dezembro de 2007 e os valores referentes a transacções no exercício com empresas do grupo e associadas:

(em euros)

SALDOS		EMEF	TEX	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP
Activos						
211	Clientes - c/c	6.171				375.693
218	Clientes - Cobrança Duvidosa					4.519
229	Fornecedores - Adiantamentos	5.127.979				
2529	Accion-Emp Grupo-Out Oper.				599	
2539	Accion-Emp Assoc-Out Oper.			44.792		
26811	Devedores Diversos-C/C	178.142		509.362	615	36.362
26818	Deved Div-Cobrança Duvidosa			115.733		407
Sub-total		5.312.292	0	669.887	1.214	416.981
Passivos						
221	Fornecedores - c/c	-15.375.592	-1.443	28.359	-56.179	
2611	ODC-Fornecedores Imob - C/C	-2.453.370				
269	ODC-Adiant por conta Vendas			-339.183		
Sub-total		-17.828.962	-1.443	-310.824	-56.179	0
Total Saldos		-12.516.670	-1.443	359.063	-54.965	416.981

TRANSAÇÕES		EMEF	TEX	FERNAVE	FERGRÁFICA	TIP
Imobilizado						
44/42	Imobilizado	9.731.344				
Sub-total		9.731.344	0	0	0	0
Custos						
621	FSE - Subcontratos	40.714			182.595	
622	FSE - Outros fornecim. Serv.	57.787.633	19.688	950.387	232.041	64.826
64	Custos com Pessoal	2.459			2.395	
658/9	Out Custos Operacionais	392			210	3.642
688	Out Custos Perdas Financeiras				12.063	4.674
Sub-total		57.831.197	19.688	950.387	429.304	73.143
Proveitos						
721	Prest Serviços -Passageiros	-811.712				-2.955.136
722	Prest Serviços -Mercadorias	-15.150				
725/9	Outras Prestações Serviços	-625.348		-69.636	-1.680	-24.792
731	Prov Suplem - Serv Sociais	-49.442				
732	Prov Suplem - Aluguer Equipam			-1.314	-996	
733	Prov Suplem - Cedência Energia	-380.710		-64.217		
738	Outros Prov Suplementares	-4.425.220	-1.912	-71.796	-33.711	-34.391
781	Prov Ganhos Fin-Juros Obtidos	-20.166		-44.685		
788	Outros Prov Ganhos Financeiros			-7.274		
Sub-total		-6.327.748	-1.912	-258.922	-36.387	-3.014.319
Total Transacções		61.234.792	17.776	691.465	392.917	-2.941.176



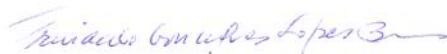
 44

48.10 Capital Próprio

À data da preparação destas Demonstrações Financeiras, os documentos de prestação de contas referentes ao exercício de 2006 aguardavam ainda a aprovação de Suas Excelências, o Senhor Secretário de Estado do Tesouro e Finanças e da Senhora Secretária de Estado dos Transportes. O Resultado Líquido daquele exercício, no montante de € -192 897 562 foi considerado na conta de Resultados Transitados para efeitos de apresentação das peças contabilísticas.

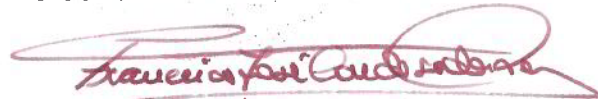
No exercício findo em 31 de Dezembro de 2007 a empresa incorreu num prejuízo de € 183 888 783, verificando-se que nessa data, o passivo total excede o activo total em € 1 823 061 974.

O Técnico Oficial de Contas



Trindade Gonçalves Lopes Belo

O CONSELHO DE GERÊNCIA



PRESIDENTE Francisco José Cardoso dos Reis



VOGAL José Salomão Coelho Benoliel



VOGAL Paulo José da Silva Magina



VOGAL Nuno Alexandre Baltazar de Sousa Moreira



VOGAL Ricardo Manuel da Silva Bexiga

10.1 MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO (ACTIVO BRUTO)

		(em euro)					
RUBRICAS	SALDO INICIAL	REAVALIAÇÃO/ AJUSTAMENTO	AUMENTOS	ALIENAÇÕES	TRANSFERÊNCIAS E ABATES	SALDO FINAL	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS:							
. Despesas de instalação	0					0	
. Despesas de investigação e desenvolvimento	377.894				641.178	1.019.072	
. Imobilizado em curso	161.208		384.229		-545.437	0	
. Adiantamentos p/c. de imobilizações incorpóreas	539.102	0	384.229	0	95.741	1.019.072	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS:							
. Terrenos e recursos naturais	31.653.246			-354.147		31.299.099	
. Edifícios e outras construções	104.251.009		19.397	-39.534	3.054.120	107.284.992	
. Equipamento básico	2.131.111.596		915.641	-58.292.186	4.309.096 a)	2.078.044.147	
. Equipamento de transporte	5.707.680		3.942	-22.617		5.689.005	
. Ferramentas e utensílios	293.619		3.852			297.471	
. Equipamento administrativo	17.807.749		1.041.932	-19.733	-586.762	18.243.186	
. Taras e vasilhame	427				-427	0	
. Outras imobilizações corpóreas	47.982.574		2.506.907		44.213	50.533.694	
. Imobilizações em curso	10.003.146		5.144.346		-8.699.925	6.447.567	
. Adiantamentos p/c. de imobilizações corpóreas	24.910.049		8.420.782		-1.543.519	31.787.312	
	2.373.721.095	0	18.056.799	-58.728.217	-3.423.204	2.329.626.473	
INVESTIMENTOS FINANCEIROS:							
. Partes de capital em empresas de grupo	3.667.494		4.258.428		-2.585.081	5.340.841	
. Empréstimos a empresas do grupo	3.170.275		4.407.562		-3.627.837	3.950.000	
. Partes de capital em empresas associadas	327.356		64	0	-248.349	79.071	
. Empréstimos a empresas associadas	1.695.901		1.100.000		0	2.795.901	
. Títulos e outras aplicações financeiras	11.346.426		8.124.106	0	0	19.470.532	
. Outros empréstimos concedidos	1.068.694		0			1.068.694	
	21.276.146	0	17.890.160	0	-6.461.267	32.705.039	

a) Inclui - 2.375.235,29 referente à regularização contabilística do valor dos bens que foram objecto de modernização

10.2. MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS AMORTIZAÇÕES E AJUSTAMENTOS DAS RUBRICAS DO ACTIVO IMOBILIZADO

(em euros)

RUBRICAS	SALDO INICIAL	REFORÇO	ANULAÇÃO / REVERSÃO	ABATES / ALIENAÇÃO	SALDO FINAL
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS					
. Despesas de instalação	52.485				52.485
. Despesas de investigação e de desenvolvimento	203.694				203.694
	52.485	203.694	0	0	256.179
					256.179
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS					
. Edifícios e outras construções	21 104 525	3 378 633		9 005	24 474 153
. Equipamento básico	1 057 241 212	66 970 947	- 2 397 934 a)	57 617 718	1 064 196 507
. Equipamento de transporte	4 116 173	590 832		22 617	4 684 388
. Ferramentas e utensílios	235 670	28 486			264 156
. Equipamento administrativo	14 855 622	1 600 017	- 938	592 588	15 862 113
. Taras e vasilhame	427			427	0
. Outras imobilizações corpóreas	19 465 118	2 552 670	2 343	5 295	22 014 836
	1 117 018 747	75 121 585	- 2 396 529	58 247 650	1 131 496 153
INVESTIMENTOS FINANCEIROS					
. Partes de capital em empresas do grupo	0	3 152 623			3 152 623
. Empréstimos a empresas do grupo	2.420.275	3.500.000	-2.420.275		3.500.000
. Empréstimos a empresas associadas	1.695.901	1.100.000			2.795.901
. Outros empréstimos concedidos	6.674				6.674
	4.122.850	7.752.623	-2.420.275	0	9.455.198
					9.455.198

a) Inclui 2.375 referente à regularização contabilística das amortizações dos bens que foram objecto de modernização

16. RELAÇÃO DAS EMPRESAS DE GRUPO E ASSOCIADAS

FIRMA/SEDE	CAPITAL DETIDO		CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2006	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2006	CAPITAIS PRÓPRIOS EM 31/12/2007	RESULTADOS LÍQUIDOS DO EXERCÍCIO 2007
	FRACÇÃO	VALOR				
<u>EMPRESAS DO GRUPO:</u>						
EMEF - Empresa de Manutenção de Equipamento Ferroviário, SA Rua do Conde Redondo, nº 145 1169-030 Lisboa	100,00%	8.100.000	3.047.396	-12.693.470	1.515.657	-2.584.342
FERGRÁFICA - Artes Gráficas, SA Av. Infante D. Henrique, 89 1900 Lisboa	100,00%	400.000	-3.515.487	-616.913	-279.811	-586.662
TEX - Transporte de Encomendas Expresso, Lda. E.N. 10 - Edifício Edipad (A. Safal) 2685-671 S. João da Talha	99,80%	499.000	620.604	129.692	673.908	53.304
<u>EMPRESAS ASSOCIADAS:</u>						
FERNAVE - Formação Técnica, Psicologia Aplicada e Consultoria em Transportes e Portos, SA Rua Castilho Nº 3, 1269-074 Lisboa	40,00%	400.000	356.577	-1.643.423	-1.323.193	-1.679.770
TIP- Transportes Intermodais do Porto Av. Fernão de Magalhães nº 1862, - 9º 4350-158 Porto	33,00%	10.000	-5.012.173	-397.740	-5.340.810	-328.637
STIFA - Transporte Internacional Ferroviário de Automóveis, SA Terminal de Alverca - Estrada Nacional 10 2615 Alverca	22,50%	112.500	417.214	-96.544	351.427	-65.787

(a) Valores provisórios

21 . MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ACTIVO CIRCULANTE

AJUSTAMENTOS

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	REFORÇO	REVERSÃO	SALDO FINAL
28. Ajustamentos de dívidas a receber				
Clientes de Cobrança Duvidosa	28.990.727	5.298.746	1.076.087	33.213.386
Letras Protestadas	26.661			26.661
Empresas do grupo	0	51.677	51.078	599
Empresas participadas e participantes	58.964	25.282	39.454	44.792
Outros Devedores	7.198.410	0	327.189	6.871.221
	36.274.763	5.375.705	1.493.808	40.156.659
39. Ajustamentos de existências				
Mat. Primas Subsid. e de Consumo	5.113.373	327.636		5.441.009
Mercadorias	147.059		147.059	0
	5.260.432	327.636	147.059	5.441.009
TOTAL GERAL	41.535.195	5.703.341	1.640.867	45.597.668

34 . DESDOBRAMENTO DAS CONTAS DE PROVISÕES ACUMULADAS E MOVIMENTOS OCORRIDOS NO EXERCÍCIO

(em euros)

CONTA	SALDO INICIAL	AUMENTO	REDUÇÃO	SALDO FINAL
29. Provisões				
Processos Judiciais em Curso	34.547.124		2.225.350	32.321.774
Acidentes de Trabalho e Doenças Profissionais	12.443.742		1.114.744	11.328.998
Acidentes Ferroviários	1.330.789	518.916	713.219	1.136.486
Encargos com pré-reforma	309.770		213.319	96.451
Encargos c/ promoções	330.000	401.455		731.455
Perdas em Investimentos financeiros	0	949.522		949.522
Outras Provisões	4.196.499	1.388.257	1.167.375	4.417.381
	53.157.924	3.258.150	5.434.007	50.982.067

Handwritten signatures in blue and red ink, including a large blue signature and a red signature, with other smaller blue and red marks.

41. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS

(em euros)

MOVIMENTOS	MERCADORIAS	MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO			CUSTO TOTAL
		EMBALAGENS DE CONSUMO	MATERIAIS DIVERSOS	TOTAL	
Existências iniciais	411.833	426	9.753.103	9.753.529	10.165.362
Compras	3.182	0	15.977.262	15.977.262	15.980.444
Devolução de existências	-19.768	0	-19.044	-19.044	-38.812
Regularização de existências	-118.530	-426	-299.955	-300.381	-418.911
Existências finais	-250.648	0	-9.437.352	-9.437.352	-9.688.000
Custos no exercício	26.069	0	15.974.014	15.974.014	16.000.083






42.2. DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS VENDAS E DAS PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

(em euros)

MOVIMENTOS	PRODUTOS ACABADOS E INTERMÉDIOS	SUBPRODUTOS, DESPERDÍCIOS, RESÍDUOS E REFUGOS	PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
Existências iniciais			
Entradas Provenientes da produção			-350.777.372
Regularização de existências			
Saídas para a produção e imobilizado			
Existências finais			
Custo das vendas e prestações de serviços			-350.777.372






45. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

(em euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2007	2006		2007	2006
	681 - Juros suportados	118.234.671		82.918.041	781 - Juros obtidos
682 - Perdas em empresas do grupo e associadas	2.832.695	13.281.713	782 - Ganhos em empresas de grupo e associadas	53.198	130.168
683 - Amortizações de investimentos em imóveis	0	0	783 - Rendimentos de imóveis	0	0
684 - Ajustamentos de aplicações financeiras	5.626.481	1.103.242	784 - Rendimentos de participações de capital	128.024	0
685 - Diferenças de câmbio desfavoráveis	91.819	10.173	785 - Diferenças de câmbio favoráveis	8.332	9.235
686 - Descontos de pronto pagamento concedidos	0	0	786 - Descontos de pronto pagamento obtidos	825	2.083
687 - Perdas na alienação de aplicações de tesouraria	0	0	787 - Ganhos na alienação de aplicações de tesouraria	0	0
688 - Outros custos e perdas financeiros	3.768.074	5.106.737	788 - Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	4.057.817	3.826.924
Resultados financeiros	-100.636.499	-97.648.649			
	29.917.241	4.771.257		29.917.241	4.771.257

46. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

(em euros)

CUSTOS E PERDAS	EXERCÍCIOS		PROVEITOS E GANHOS	EXERCÍCIOS	
	2007	2006		2007	2006
	691. Donativos	154.913		44.300	791. Restituição de impostos
692. Dívidas incobráveis	1.344.758	340.459	792. Recuperação de dívidas	2.442	11.911
693. Perdas em existências	471.620	15.092	793. Ganhos em existências	38.066	195.543
694. Perdas em imobilizações	275.725	308.079	794. Ganhos em imobilizações	6.706.811	4.324.789
695. Multas e penalidades	4.588	76.960	795. Benefícios de penalidades contratuais	81.582	216.301
696. Aumentos de amortizações	259.864	77.817	796. Redução de provisões	5.434.006	4.120.502
697. Correções relativas a exercícios anteriores	0	0	797. Correções relativas a exercícios anteriores	0	0
698. Outros custos e perdas extraordinários	3.850.261	2.904.071	798. Outros proveitos e ganhos extraordinários	17.343.383	14.924.092
699. Encargos c/pré-reforma	230.819	393.214	799. Outros	0	0
Resultados extraordinários	23.013.742	19.633.183			
	29.606.290	23.793.175		29.606.290	23.793.175



[Handwritten signature and initials]

I - INTRODUÇÃO

Em cumprimento das funções que lhe estão consignadas na Lei e nos Estatutos, a Comissão de Fiscalização elaborou o presente Relatório e Parecer, sobre o Relatório e Contas da CP - Caminhos de Ferro Portugueses, EP, relativos ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

A CP foi criada pelo Decreto-Lei nº. 109/77, de 25 de Março, com a natureza jurídica de empresa pública, regendo-se pelos respectivos Estatutos aprovados por este diploma, pelo Decreto-Lei nº. 558/99, de 17 de Dezembro, e subsidiariamente pelo Código das Sociedades Comerciais (CSC).

Como factos relevantes ocorridos em 2007, destacam-se:

- Continuação do aumento da procura tanto em termos de passageiros como de mercadorias;
- Melhoria do EBITDA (cash-flow operacional), antes de Subsídios, em cerca de 7 milhões de euros;
- Resultados financeiros negativos em cerca de 100 milhões de euros, representando cerca de 54,7% do prejuízo registado no mesmo ano;
- Redução do número médio de efectivos a cargo da CP e do valor das indemnizações por rescisão, por mútuo acordo, de contratos individuais de trabalho, induzindo uma diminuição de 4,8% dos Custos com o pessoal;
- Aumento de 17,4 milhões de euros (+14,1%) dos Fornecimentos e serviços externos.

II - ACTIVIDADE DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO

A Comissão de Fiscalização reuniu ordinariamente pelo menos uma vez por mês, tendo elaborado os Relatórios Trimestrais a que está obrigada, nos termos da lei e dos estatutos, os quais foram remetidos às tutelas, à Inspeção-Geral das Finanças e ao órgão de gestão da CP.

No decorrer do exercício de 2007, a Comissão de Fiscalização acompanhou a gestão da Empresa através de reuniões e contactos com o Conselho de Gerência, bem como com outros responsáveis, tendo sido solicitados e obtidos os esclarecimentos necessários.



Comissão de Fiscalização

Foram analisadas as actas das reuniões daquele Conselho, tendo sido obtida e examinada a documentação de suporte das decisões tomadas.

Foram também analisados os instrumentos de gestão previsional para 2007 e acompanhada a execução dos Orçamentos de Tesouraria, Exploração e Investimentos.

As contas da Empresa foram objecto de auditoria externa e os processamentos contabilísticos foram igualmente examinados pelo Revisor Oficial de Contas, Vogal desta Comissão, o qual em conformidade da legislação aplicável emitiu, relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, o seu relatório anual e a Certificação Legal das Contas, a qual contém uma ênfase considerada apropriada pelo mesmo.

III – APRECIACÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

O Relatório Anual de Gestão, apresentado pelo Conselho de Gerência da CP, contém uma exposição fiel e clara da evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Empresa, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a mesma se defronta, satisfazendo os requisitos expressos no artigo 66.º do CSC. O Conselho de Gerência propõe que os Resultados Líquidos do Exercício, no montante de 183.888.783 euros negativos, sejam transferidos para a conta Resultados Transitados.

Parece-nos, no entanto, de realçar os aspectos seguintes sobre a actividade produtiva da empresa:

- Os indicadores dos tráfegos referidos no relatório de gestão, mostram um aumento global da procura, que se traduziu por uma evolução positiva de 4,2% em unidades de tráfego (UK), essencialmente influenciada pelo crescimento do tráfego de mercadorias em 6,4% de toneladas quilómetro (TK) e uma subida de 2,7% em passageiros quilómetro (PK);
- Do efeito conjugado do aumento da procura e da redução de efectivos, resultou um aumento de 7,7% da produtividade física do factor trabalho, o qual atingiu em 2007 o valor de 1479 milhares de UK/efectivo médio;
- No tráfego de passageiros houve um aumento de 2,7% nos passageiros quilómetro (PK), para o qual contribuíram fundamentalmente o tráfego de longo curso e o tráfego suburbano do Porto, havendo uma diminuição no tráfego regional e um aumento de 1,1% nos passageiros transportados (P) e um aumento de 4,9% nos proveitos do tráfego. Na estrutura do tráfego de passageiros aumentou o peso relativo do tráfego de longo curso, que



Comissão de Fiscalização

representa agora 32,9%, embora continua ser dominante o tráfego suburbano de Lisboa e Porto com 51,2%;

- No tráfego de mercadorias houve um aumento de 6,4% nas toneladas quilómetro (TK), de 8,2% nas toneladas transportadas (T) e 4,9% nos proveitos do tráfego. Mantém-se a característica de um grupo reduzido de cinco tráfegos (carvão, cimento, contentores, madeira e areia), representar mais de 70% da receita líquida;
- O índice de estrutura de tráfego (PK/UK) mostra um crescimento relativo do tráfego de mercadorias, que representa agora 41,7% do tráfego total da Empresa.

IV - ANÁLISE DAS CONTAS

1. A CP regista um prejuízo de 183,9 milhões de euros no exercício de 2007, o qual diminuiu em cerca de 9 milhões de euros comparativamente ao exercício anterior. Para esta evolução positiva contribuiu a melhoria dos Resultados operacionais em cerca de 8,6 milhões de euros e dos Resultados extraordinários em cerca de 3,4 milhões de euros. Registou-se um crescimento dos proveitos de tráfego em 13 milhões de euros (+5%), na sequência das subidas de tráfego acima referidas e da alteração tarifária, e um aumento de outras prestações de serviços em 6,9 milhões de euros, bem como a redução de 6,7 milhões de euros (-4,8%) dos Custos com o pessoal. Por outro lado, os Fornecimentos e serviços externos tiveram um aumento de 17,4 milhões de euros (+14,1%).
2. A redução dos Custos com o pessoal deve-se à diminuição das indemnizações ao pessoal por rescisão de contratos de trabalho por mútuo acordo em 6,8 milhões de euros (-87%). Tanto o custo do factor trabalho como a massa salarial, per capita (por efectivo médio a cargo da CP), sofreram um aumento de cerca de 3,4%. A rubrica Fornecimentos e serviços externos regista um aumento elevado pelo segundo ano consecutivo (10,1% de 2005 para 2006), sendo de destacar o acréscimo dos encargos com reparação e manutenção de material circulante.
3. Apesar da melhoria registada no desempenho económico da Empresa, a sua situação económica e financeira continua a apresentar-se bastante desequilibrada se atendermos ao desajustamento estrutural da exploração, ao valor do Capital Próprio negativo em -1,8 mil milhões de euros, em 31/12/2007, ao elevado nível de endividamento que atinge 2,8 mil milhões de euros, dos quais cerca de 2,7 mil milhões de euros dizem respeito a empréstimos, responsáveis pelos elevados encargos financeiros.

Comissão de Fiscalização

4. O programa de investimentos realizado no exercício totalizou 18,4 milhões de euros (33,5 milhões de euros em 2006) e incidiu essencialmente na aquisição e beneficiação de material circulante (10,5 milhões de euros). O financiamento em 2007 para investimentos por fundos comunitários e pelo PIDDDAC foi de 6,9 e 5,3 milhões de euros, respectivamente.

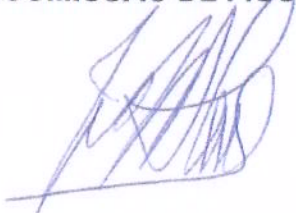
V – PARECER

Atento ao exposto, a Comissão de Fiscalização emite o seu parecer favorável à aprovação do Relatório e Contas da CP referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007, com a ênfase expressa na Certificação Legal das Contas, bem como a proposta de aplicação de resultados formulada pelo Conselho de Gerência.

A Comissão de Fiscalização, finalmente, regista com apreço a disponibilidade manifestada não só pelos responsáveis dos diferentes Serviços mas, também, pela generalidade do pessoal desta Empresa Pública.

Lisboa, 14 de Abril de 2008

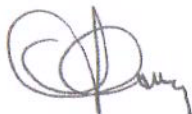
A COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO



Dr. Issuf Ahmad, Presidente



Dr. José Luís Areal Alves da Cunha, Vogal ROC,
Em representação da "ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS, SROC"



Engº Carlos Fernando Moreira de Carvalho, Vogal



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.**, as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007, (que evidencia um total de 1.351.809.415 euros e um total de capital próprio negativo de 1.823.061.974 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 183.888.783 euros), as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;



- a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da **CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.** em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfase

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo sete, chamamos a atenção para a situação seguinte:
- 8.1. Tal como está evidenciado nas demonstrações financeiras e se refere na nota 48.10. do Anexo ao Balanço e à Demonstração dos Resultados, o capital está perdido na sua totalidade, pelo que a continuidade da empresa está dependente da obtenção de resultados positivos no futuro e das medidas que vierem a ser adoptadas pelo Estado.

Lisboa, 8 de Abril de 2008

ALVES DA CUNHA, A. DIAS & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas
representada por José Luís Areal Alves da Cunha



**KPMG & Associados - Sociedade de Revisores
Oficiais de Contas, S.A.**
Edifício Monumental
Av. Praia da Vitória, 71 - A, 11º
1069-006 Lisboa
Portugal

Telefone: +351 210 110 000
Fax: +351 210 110 121
Internet: www.kpmg.pt

CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P.

Relatório de auditoria

Exercício de 2007

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2007 (que evidencia um total de Euro 1.351.809.415 e um total de capital próprio negativo de Euro 1.823.061.974, incluindo um resultado líquido negativo de Euro 183.888.783), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício findo naquela data, e os correspondentes Anexos.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Gerência a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa e o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Gerência, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e,
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.

5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

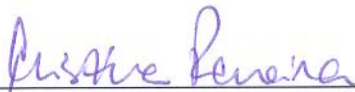
Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da CP – Caminhos de Ferro Portugueses, E.P. em 31 de Dezembro de 2007, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Ênfases

8. Sem afectar a nossa opinião acima expressa chamamos a atenção para as seguintes situações:
 - 8.1. À data de 31 Dezembro de 2007, a sociedade apresenta capitais próprios negativos no montante de Euro 1.823.061.974. As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade das operações, a qual depende do suporte financeiro do detentor do capital (Estado Português), da capacidade de obtenção de crédito por parte da Empresa e do sucesso das suas operações em curso e futuras, não incluindo qualquer ajustamento caso se venha a constatar que esta base não foi a apropriada.
 - 8.2. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2006 foram examinadas por outros auditores que emitiram um Relatório de Auditoria e uma Certificação Legal das Contas sem reservas sobre essas demonstrações financeiras, em Abril de 2007. A nossa nomeação como auditores externos ocorreu em 10 de Setembro de 2007 para efectuarmos a auditoria ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2007.

Lisboa, 31 de Março de 2008



KPMG & Associados – SROC, S.A. (nº 189)
representada por
Maria Cristina Santos Ferreira (ROC nº 1010)